

PIM AMAZÔNIA

POLÍTICA • INDÚSTRIA • MEIO AMBIENTE



ISSN 2359-3369 R\$ 25



ANO XV • ED. 186 • SETEMBRO 2025

WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

BALPONTE



PETRÓLEO NA AMAZÔNIA: RIQUEZA EM JOGO ENTRE PROMESSAS E RISCOS

ENQUANTO PETROBRAS AVANÇA NO LICENCIAMENTO DO BLOCO FZA-M-59, ESPECIALISTAS APONTAM OPORTUNIDADES E PREOCUPAÇÕES EM UMA DAS REGIÕES MAIS SENSÍVEIS DO PLANETA

**Motorista:**

Respeite a sinalização, mantenha distância de outros veículos e use sempre o cinto de segurança.

**Motociclista:**

Use o capacete e não faça manobras arriscadas.

**Ciclista:**

Circule com atenção e use equipamentos de segurança.

**Pedestre:**

Atravesse sempre na faixa e fique atento ao movimento da via.

TRÂNSITO SEGURO

**começa com respeito
compartilhado**



**No trânsito, cada um tem o seu
espaço e a sua responsabilidade.**

Compartilhar as vias com respeito e
empatia é o caminho para uma Manaus
melhor e mais segura.

O trânsito seguro depende de cada
um de nós. **Faça a sua parte!**

Desacelere! Seu bem maior é a vida.

**SEMANA
NACIONAL
DE TRÂNSITO**
18 a 25 de setembro



Prefeitura de
Manaus
O trabalho não para



AMAZON
EMBALAGENS

Seu delivery merece qualidade em cada detalhe

Na **Amazon Embalagens**,
cada produto é pensado para
valorizar sua marca e entregar
mais confiança ao cliente.



Embalagens resistentes e higiênicas



Design funcional e moderno



Soluções sob medida para restaurantes e lanchonetes



Qualidade que valoriza seu delivery

Seja para **hambúrgueres, pizzas, comidas orientais ou qualquer outro tipo de refeição**, temos a embalagem certa para que o cliente final receba seu pedido com segurança, sabor e confiança.

Sua marca merece mais! Fale com a Amazon Embalagens e descubra a solução perfeita para o seu negócio.



92 99377 7972



92 3672 2000



@amazonembalagens



www.amazonembalagens.com.br



PRODUZIDO NO
POLO INDUSTRIAL
DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZONIA



SUMÁRIO

ANO XV | EDIÇÃO 186 | SETEMBRO DE 2025

18 PETRÓLEO NA AMAZÔNIA: RIQUEZA EM JOGO ENTRE PROMESSAS E RISCOS



INDÚSTRIA

ELETROS CELEBRA 30 ANOS DE ATUAÇÃO COM SALTO HISTÓRICO NA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA BRASILEIRA

30



ARTIGO

A FORÇA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA PARA TRANSFORMAR VIDAS E CUIDAR DA NATUREZA

56



INDÚSTRIA

ENTRE INCENTIVOS E EXIGÊNCIAS, PPB MOLDA A ZFM E VOLTA AO CENTRO DO DEBATE

42



INDÚSTRIA

ZFM NÃO É 'ZONA': MODELO É FISCALIZADO POR ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS

48

SEÇÕES

EDITORIAL	8
CIRCUITO	10
CAPA	18
INDÚSTRIA	30
INDÚSTRIA	42
INDÚSTRIA	48
ARTIGO	56

**AQUI TEM**

PAREDÃO

**NA
SEGURANÇA****PROGRAMA RECUPERAFONE****+ DE 6.500****CELULARES
RECUPERADOS**

SEGURANÇA TAMBÉM SE FAZ COM INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA DE PONTA. POR ISSO, O GOVERNO DO AMAZONAS IMPLANTOU O PAREDÃO, COM MAIS DE 1,5 MIL CÂMERAS FIXAS E MÓVEIS EM TODO O ESTADO, COM RECONHECIMENTO FÁCIL E DE IDENTIFICAÇÃO DE PLACAS. O GOVERNO DO ESTADO TAMBÉM CRIOU O PROGRAMA RECUPERAFONE, QUE RECUPERA APARELHOS DE CELULAR ROUBADOS OU FURTADOS, ALÉM DE INIBIR A AÇÃO DE CRIMINOSOS. E OS INVESTIMENTOS CONTINUAM COM A ENTREGA DE 700 NOVAS VIATURAS E A CONVOCAÇÃO DE 2.800 CONCURSADOS PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA.

UM TRABALHO EM CONJUNTO DAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, QUE JÁ RESULTOU NA QUEDA DO NÚMERO DE ROUBOS DE VEÍCULOS, ROUBOS E FURTOS A CELULARES, ASSALTOS A ÔNIBUS E ASSALTOS NA ROTA DO DISTRITO INDUSTRIAL. E REGISTROU, ENTRE JANEIRO E JULHO DE 2025, O MENOR NÚMERO DE ROUBO A PEDESTRE DOS ÚLTIMOS 10 ANOS.

AQUI TEM INVESTIMENTO. AQUI TEM PAREDÃO CONTRA O CRIME.





Ano XV | Edição 186 | Setembro de 2025
Manaus / Amazonas / Brasil

WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

EDITOR EXECUTIVO

Juarez Balduino C. Filho

FOTOGRAFIA

Arquivo Editora Balponte, Divulgação

REPORTAGEM

Francisco Gomes

ESTAGIÁRIOS

Jornalismo: Amanda Gabriele
Arte: José Victor Uchôa e Bruno Gonzaga

REVISÃO

Juvenal Farias

ASSISTENTE DE REDAÇÃO

Paula Moreira

FALE COM A REDAÇÃO:

REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR

TEL: 92 98182-0518

PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS

COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR

MANAUS/AM TEL: 92 98182.0032

ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES

92 98182.0518

ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR

As opiniões contidas nos artigos assinados
não correspondem necessariamente ao
posicionamento da PIM AMAZÔNIA.



BALPONTE

A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação
mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72



www.aner.org.br

A Balponte é membro da Associação Nacional
de Editores de Revista

EDITORIAL

RIQUEZA, RESPONSABILIDADE E O NOVO CICLO DA AMAZÔNIA

O debate sobre o futuro da Amazônia nunca foi tão urgente — nem tão complexo. De um lado, o avanço das fronteiras energéticas, de outro, o clamor por uma transição justa, que preserve a biodiversidade e fortaleça as comunidades que vivem da floresta. A edição 186 da Revista PIM Amazônia mergulha nesse ponto de encontro entre promessas e riscos, onde se definem as bases do desenvolvimento da próxima década.

A reportagem de capa — “Petróleo na Amazônia: riqueza em jogo entre promessas e riscos” — mostra como a busca por novas reservas de petróleo coloca o Brasil diante de uma decisão histórica: como explorar sem comprometer o que o mundo mais espera da Amazônia — seu papel de guardião do equilíbrio climático global. As vozes ouvidas nesta edição expressam visões distintas, mas complementares: a da ciência que alerta, a da indústria que avança e a da sociedade que cobra desenvolvimento.

Enquanto isso, a Zona Franca de Manaus mantém sua força industrial e seu papel de âncora econômica da região. Dados recentes confirmam que Manaus lidera as importações brasileiras em 2025 e a produção industrial segue em alta, com o melhor agosto de motocicletas desde 2011. Esses resultados consolidam o modelo como referência em tecnologia, inovação e geração de empregos qualificados, pilares que sustentam a economia amazônica há mais de meio século.

O dinamismo industrial vem acompanhado de sinais de transformação. A Eletros, entidade símbolo do setor eletroeletrônico, completa 30 anos de trajetória celebrando o salto histórico da produção nacional — de 27 milhões para 130 milhões de aparelhos em três décadas — e reforçando a pauta da eficiência energética e sustentabilidade como direção inevitável para o futuro da indústria.

O que se vê é uma região em transição — não apenas energética, mas de modelo mental. A Amazônia do século XXI precisa unir a ciência à indústria, a inovação ao conhecimento tradicional e o progresso à responsabilidade. Essa é a mensagem que permeia cada página desta edição.

Mais do que um território de recursos, a Amazônia é um laboratório vivo do futuro — onde se testam as soluções que definirão o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade. Cabe a todos nós garantir que essa equação não se quebre.

Boa leitura!



Accesse aqui a
edição on-line

OPINIÃO DO LEITOR

Um leitor informado também pode ser um leitor atuante. Participe, então, de nosso esforço para fazer uma Revista PIM Amazônia cada vez melhor. Envie sugestões para as próximas edições. O que você gostaria de ler aqui nos próximos meses? Críticas, denúncias, opiniões ou dúvidas: tudo isso é bem-vindo e não ficará sem resposta.

Estamos aguardando seus comentários.



Participe!

WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR



@pimamazonia



redacao@pimamazonia.com.br



ACRE • AMAZONAS • AMAPÁ • MARANHÃO • MATO GROSSO • PARÁ • RONDÔNIA • RORAIMA • TOCANTINS



Sabin sempre pertinho de você

Para cuidar da sua saúde, a gente sempre começa o dia com aquele aconchego saboroso e especial: um pão de queijo quentinho, além dos nossos diferenciais exclusivos e um atendimento cheio de carinho, do jeito que você merece. Conte com a gente para cuidar do seu bem-estar e de quem você ama, com todo cuidado e atenção que merecem.

Tem um Sabin em cada canto da cidade esperando por você.



Shopping Grande Circular:
Av. Autaz Mirim, 6100 - Piso L3 - São José Operário

Morada do Sol:
Dentro da Sensumed - R. José de Arimateia,
146 - 2º andar



sabin.com.br

92 2126-8000



MANAUS LIDERA IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2025



Entre janeiro e agosto, Manaus se consolidou como o maior polo importador do país. Segundo levantamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), a capital amazonense registrou US\$ 10,93 bilhões em compras externas para abastecer o Polo Industrial de Manaus, valor que superou Itajaí

(SC), com US\$ 10,78 bilhões, e São Paulo (SP), com US\$ 6,65 bilhões.

O feito de Manaus chama atenção não apenas pelo volume movimentado, mas também por ter deixado para trás centros consolidados do comércio exterior brasileiro, como Petrópolis, Rio de Janeiro (RJ), Santos e Paulínia (SP).

Os insumos que chegam do exterior passam por processos

industriais no PIM, sendo combinados a componentes nacionais. Dessa transformação saem televisores, motocicletas, celulares e equipamentos de informática que abastecem todo o território brasileiro. Essa engrenagem movimenta a economia regional, garante milhares de empregos e fortalece a arrecadação do Estado.

O destaque da pauta de importações de Manaus em 2025 foi o segmento de circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, responsável por US\$ 1,83 bilhão. Esses itens são fundamentais para a produção de bens de alta tecnologia, que chegam ao consumidor final com padrão competitivo de qualidade e preço, consolidando o papel da capital como centro estratégico da indústria brasileira.

ESTRADA DE R\$ 5 BILHÕES LIGARÁ GUIANA A RORAIMA

A Guiana anunciou a construção de uma estrada avaliada em cerca de R\$ 5,4 bilhões (aproximadamente US\$ 1 bilhão) para ligar a capital, Georgetown, à cidade de Lethem, na fronteira com Roraima. O projeto prevê uma rodovia de cerca de 500 quilômetros, com previsão de conclusão até 2030, segundo informou o Ministério de Obras Públicas à agência de notícias Agence France-Presse (AFP).

Atualmente, o transporte de mercadorias entre a costa atlântica da Guiana e a fronteira brasileira é feito em um percurso que pode levar até 21 dias. Com a nova rodovia, esse tempo cairá para aproximadamente 48 horas, de acordo com estimativas do governo guianês.



O traçado da estrada passa pela região conhecida da Linden-Lethem Road, também chamada de "El Sendero", cortando florestas tropicais, planícies e colinas até a fronteira. O projeto foi dividido em quatro trechos e prevê a construção de cerca de 50 pontes. Atualmente, a viagem leva cerca de 15 horas em estradas de terra,

com dificuldades agravadas pela chuva e poeira durante as secas.

A iniciativa ocorre em meio a um forte crescimento econômico na Guiana, impulsionado pelas reservas de petróleo. Em 2015, o país possuía um PIB de US\$ 4,2 bilhões; em 2024, esse valor saltou para US\$ 24 bilhões. O país registrou expansão de 63% em 2022, 34% em 2023 e 43% em 2024, segundo o Banco Mundial.

De acordo com uma fonte anônima citada pela AFP, a estrada também terá função estratégica, facilitando o transporte de tropas e equipamentos militares para Essequibo, território administrado pela Guiana, mas reivindicado pela Venezuela há décadas.

PORTO VELHO ABRE MAIS DE 5,8 MIL EMPRESAS E ASSUME LIDERANÇA NO EMPREENDEDORISMO RONDONIENSE.....

Porto Velho encerrou o primeiro semestre de 2025 com 5.810 novas empresas registradas, de acordo com dados oficiais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (Semdec). O volume não apenas garantiu a liderança no ranking estadual, como também representou um crescimento expressivo de 29,17% em relação ao mesmo intervalo de 2024.

Nos últimos anos, a prefeitura tem apostado em medidas de desburocratização e digitalização de processos, o que reduziu prazos para abertura de empresas e ampliou o acesso a licenciamento.

Entre os setores, o de serviços permanece como o motor central da atividade econômica em Porto Velho. Somente no primeiro semestre de 2025, foram 11.849 novas empresas abertas na área, reafirmando a predominância desse segmento no mercado local. A diversidade vai de pequenos empreendimentos de alimentação, logística e transporte até serviços de tecnologia e educação, setores que têm acompanhado o crescimento urbano da capital.

Os números evidenciam uma tendência de diversificação: se por um lado o agronegócio continua sendo um dos pilares econômicos de Rondônia, por outro, a capital desponta como espaço de inovação e empreendedorismo urbano, com protagonismo do setor terciário.



HIDROVIAS DO NORTE ENTRAM NA LISTA DE CONCESSÕES DO GOVERNO.....

O Governo Federal autorizou a inclusão das hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização (PND), abrindo caminho para que sua administração seja transferida à iniciativa privada. Segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), os projetos estão em fase de estudo, mas já são considerados estratégicos para o escoamento de grãos produzidos em Mato Grosso.

A hidrovia do Rio Madeira, com 1.075 quilômetros entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), é a segunda mais importante do Corredor Logístico Norte. Integrada à hidrovia do Amazonas



e à BR-364, tornou-se essencial para o transporte de soja, milho e açúcar até os portos da região.

No Rio Tocantins, que se estende por 1.731 quilômetros entre Belém (PA) e Peixe (TO), já há navegação comercial entre Marabá (PA) e Barcarena (PA). Para ampliar o potencial da hidrovia, a Antaq aponta a necessidade de obras

como dragagem e remoção de pedras em trechos críticos.

A hidrovia do Rio Tapajós, de 250 quilômetros entre Itaituba (PA) e Santarém (PA), é vista como rota promissora para o escoamento de grãos em direção a portos como Santarém (PA), Santana (AP) e Barcarena (PA). Seu crescimento dependerá do avanço da duplicação da BR-163 e da construção da Ferrogrão.

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou o tema para audiência pública: a concessão das hidrovias amazônicas será debatida oficialmente no Senado, a partir de requerimento do senador Plínio Valério (PSDB-AM). A audiência ainda não tem data marcada.

PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS NO PIM TEM MELHOR AGOSTO DESDE 2011

Em agosto, o Polo Industrial de Manaus registrou 185.952 motocicletas fabricadas, o melhor desempenho do ano e o maior volume para um agosto desde 2011. O crescimento foi puxado tanto na comparação anual quanto na sequência mensal, alta de 13,4% sobre agosto de 2024 e de 32,6% em relação a julho.

No varejo, o movimento foi similar em escala: 185.515 motocicletas licenciadas em agosto, 13,2% acima do mesmo mês do ano passado, embora com leve retração de 4% na passagem de julho para agosto.

As exportações seguem com comportamento misto: 2.942 unidades embarcadas em agosto (queda de 11,9% ante agosto de 2024, mas avanço de 9,8% frente a julho). No acumulado de janeiro a agosto, o Brasil exportou 24.232 motocicletas, 9,3% a mais que no mesmo período do ano anterior.

O resultado confirma que, mesmo com oscilações mensais no comércio exterior e no varejo, o PIM voltou a acelerar a produção neste ano, e agosto ficou marcado como o ponto mais alto do calendário até aqui.



INSTITUIÇÕES DE RONDÔNIA E AMAZONAS PASSAM A INTEGRAR REDE DE PD&I DA AMAZÔNIA

A 79ª Reunião Ordinária do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (Capda), realizada por videoconferência em 11 de setembro, aprovou o credenciamento de três novas instituições para atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Passam a integrar a rede o Campus Jaru do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – unidade Amazonas (IPT-AM) e o Instituto de Inovação e Tecnologia da Amazônia (IITA), em Manaus. O encontro contou com a participação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ministérios, órgãos federais e representantes da Amazônia Ocidental e do Amapá.

Na mesma reunião, foi confirmada a permanência do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE), enquanto o Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software foi descredenciado por baixo desempenho. Também foi apresentado o novo ciclo do Programa Prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial, que prevê uma plataforma digital com automação e inteligência



artificial para prestação de contas de projetos.

Outro tema discutido foi a revisão das regras de credenciamento. Segundo o Capda, 70% das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) nunca executaram projetos de PD&I. Entre as propostas está o descredenciamento compulsório de instituições que ficarem três anos sem captar recursos. Por fim, os membros alteraram o calendário: a 80ª reunião, antes marcada para dezembro, será realizada em 6 de novembro de 2025.

INAUGURADO NOVO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA PARA COMBATE A CRIMES NA AMAZÔNIA



Manaus recebeu, em setembro, o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia), inaugurado em cerimônia que contou com a presença do presidente Lula. A nova estrutura une os nove países amazônicos e os nove estados da Amazônia Legal no combate a crimes ambientais, tráfico de drogas, armas e pessoas.

Com investimento de R\$ 36,7 milhões do Fundo Amazônia, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e gerido pelo BNDES, o espaço funciona como núcleo de inteligência e articulação policial. O CCPI reúne as Polícias Federal e Rodoviária Federal, a Força Nacional e as corporações estaduais da região, fortalecendo a presença do Estado e a integração

das forças de segurança.

A iniciativa também se conecta a operações como a Ouro-Alvo, que vai rastrear a origem do ouro e enfrentar grilagem, lavagem de dinheiro e ilícitos ligados ao desmatamento. O centro foi inaugurado ao lado dos ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Marina Silva (Meio Ambiente), do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, além do senador Omar Aziz e do prefeito de Manaus David Almeida.

O CCPI integra o Plano Amazônia: Segurança e Soberania (AMAS), que destinou R\$ 318,5 milhões do Fundo Amazônia para reforçar a inteligência, a fiscalização e a repressão contra crimes na floresta. Os recursos também preveem helicópteros, lanchas blindadas, viaturas e drones para ampliar a ação conjunta na região.

MAUÉS (AM) É OFICIALIZADA COMO CAPITAL NACIONAL DO GUARANÁ

O município de Maués (AM) recebeu, em 23 de setembro, o título de Capital Nacional do Guaraná, por meio da Lei nº 15.216, publicada no Diário Oficial da União. Conhecida há décadas como “Terra do Guaraná”, a cidade é responsável por grande parte da produção brasileira da planta e celebra anualmente sua tradição na Festa do Guaraná, que mistura rituais, lendas e cultura local.

A proposta nasceu do Projeto de Lei 2.913/2022, de autoria do deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), e foi aprovada no Senado no início de setembro com parecer favorável do senador Plínio Valério (PSDB-AM). Para o relator, a medida reforça o orgulho da população e ajuda a preservar tradições culturais ligadas ao fruto.

O guaraná é uma espécie nativa da Amazônia e suas sementes, ricas em cafeína, têm efeito estimulante



comparável ao do café, chá-mate e cacau. O extrato é amplamente utilizado em energéticos, cápsulas, chás e alimentos, consolidando-se como um dos símbolos mais fortes da biodiversidade amazônica.

RORAIMA, ENFIM, CONECTADA AO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL

.....



O início da interligação elétrica de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) aconteceu em 10 de setembro, marcando um momento histórico para o estado, que até então era o único do país a depender exclusivamente de usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis. Na data, teve início um processo de transição para o desligamento gradual dessas unidades, substituídas pela energia transmitida pelo linha Manaus-Boa Vista.

O empreendimento, licitado há 14 anos, enfrentou um percurso cheio de entraves antes de se tornar realidade. Questões relacionadas ao licenciamento ambiental, sobretudo pelo fato de cruzar terras indígenas Waimiri Atroari, atrasaram a obra por mais de uma década. Agora concluído, o projeto oferece a Roraima não apenas segurança no fornecimento de energia, mas também perspectivas de desenvolvimento econômico, abrindo caminho para a instalação de novas indústrias no estado.

Do ponto de vista financeiro, o impacto é imediato: a substituição da energia térmica importada para abastecer as usinas locais deve gerar economia superior a R\$ 600 milhões por ano. Esses recursos antes saíam da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), encargo pago por todos os brasileiros na fatura de luz, o que significa que a interligação ajudará a aliviar a conta de energia em todo o país.

Segundo estimativa do Governo Federal, a redução do uso de termelétricas vai cortar mais de 1 milhão de toneladas anuais de emissões de CO₂, um ganho expressivo em tempos de crescente preocupação com mudanças climáticas.

Conhecido como Linha de Tucuruí, o projeto é operado pela concessionária Transnorte Energia (TNE), controlada pela Eletrobras e pela Alupar. No total, foram construídos 724 quilômetros de linhas de transmissão em 500 mil volts e três subestações, em um investimento que somou R\$ 3,3 bilhões.

PROJETO QUE CRIA ZONA FRANCA DA BIOECONOMIA EM BELÉM RECEBE AVAL NA CÂMARA NACIONAL



A Câmara dos Deputados deu um passo importante para o fortalecimento da bioeconomia na Amazônia. A Comissão de Desenvolvimento Econômico aprovou a criação da Zona Franca da Bioeconomia, em Belém (PA), que funcionará como um polo de estímulo a empresas comprometidas com práticas sustentáveis e de baixo carbono. O modelo será baseado em um pacote de incentivos fiscais, mas condicionado ao cumprimento de exigências sociais e ambientais.

Na prática, companhias instaladas na área terão isenção integral do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para insumos vindos do exterior, desde que destinados à cadeia da bioeconomia. Os produtos fabricados no polo e exportados também estarão livres do Imposto de Exportação (IE). Esse regime especial terá duração de cinco anos.

A proposta aprovada não é idêntica à original. O relator, deputado Alexandre Guimarães (MDB-TO), apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei 4958/23, de autoria da deputada Elcione Barbalho

(MDB-PA). Enquanto o texto inicial falava em uma área de livre comércio com regime fiscal diferenciado, o parecer reformulou o alcance da iniciativa, priorizando a bioeconomia como eixo central.

O conceito adotado está alinhado à Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída pelo Decreto 12.044/24. De acordo com esse marco, a atividade deve unir ciência e saberes tradicionais, respeitar valores éticos e inclusivos e buscar soluções para a sustentabilidade e para o equilíbrio do clima.

O parecer também estabelece salvaguardas: só terão direito às isenções empresas que comprovarem o uso sustentável da biodiversidade local, a integração de diferentes formas de conhecimento, a adoção de práticas justas e éticas e a contribuição efetiva para metas ambientais e climáticas.

O texto tramita em caráter conclusivo, mas ainda precisa passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se obtiver aprovação em todas as etapas da Câmara e do Senado, poderá ser transformado em lei.



É importante
a preparação,
o alongamento
e o foco
na prova.

O momento
é de superação,
os obstáculos
desaparecem
nessa hora.

Quarenta e dois
quilômetros?
Dá preguiça
só de pensar.

Prefiro
correr
na esteira.

Ai meu
joelho!



QUER ELEVAR O NÍVEL DA SUA OPINIÃO? LEIA REVISTA.

Ler uma revista
é se aprofundar
no seu assunto
preferido de forma
descontraída.
A cada página,
um universo de
informações dos
mais diversos temas.
E você ainda ganha
mais bagagem para
formar uma opinião
forte e consistente.

REVISTAS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE EDITORES DE REVISTAS

QUEM LÊ REVISTA
TEM OPINIÃO.





PETRÓLEO NA AMAZÔNIA: RIQUEZA EM JOGO ENTRE PROMESSAS E RISCOS

ENQUANTO PETROBRAS AVANÇA NO LICENCIAMENTO DO BLOCO FZA-M-59, ESPECIALISTAS APONTAM OPORTUNIDADES E PREOCUPAÇÕES EM UMA DAS REGIÕES MAIS SENSÍVEIS DO PLANETA

POR FRANCISCO GOMES

IMAGENS DIVULGAÇÃO

AMARGEM EQUATORIAL DESPONTA COMO A NOVA FRONTEIRA DA EXPLORAÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL. ESSA FAIXA MARÍTIMA, QUE SE ESTENDE DO AMAPÁ AO RIO GRANDE DO NORTE, REÚNE CINCO BACIAS SEDIMENTARES: POTIGUAR, CEARÁ, BARREIRINHAS, PARÁ-MARANHÃO E FOZ DO AMAZONAS, CONCENTRANDO EXPECTATIVAS DE DESCOBERTAS QUE PODEM SOMAR ATÉ 30 BILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO, SEGUNDO ESTIMATIVAS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP).

No centro das atenções, está a bacia da Foz do Amazonas, localizada em frente aos estados do Amapá e do Pará, e considerada a mais sensível e estratégica da região, onde a Petrobras pretende perfurar 15 poços exploratórios até 2029, dentro de um pacote de investimentos de cerca de US\$ 3 bilhões, o equivalente a 38% de todo o orçamento de exploração previsto pela estatal para os próximos anos. Em disputa, está o bloco FZA-M 59, localizado a 175 quilômetros de Oiapoque, no extremo norte amapaense.

O Plano Estratégico 2024-2028 da Petrobras reserva cerca de US\$ 3,1 bilhões para essa região, com a previsão de dezenas de poços no quinquênio. Os primeiros movimentos ganharam tração na Bacia Potiguar, onde o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorizou a perfuração de poços exploratórios em 2023. Já na Foz do Amazonas, o órgão ambiental tem exigido estudos adicionais para avaliar riscos.

O órgão ambiental já negou licenças em 2023 por considerar estudos insuficientes, e mantém postura cautelosa, exigindo comprovação prática da capacidade de resposta. A Advocacia-Geral da União (AGU) chegou a intervir para esclarecer que a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é requisito legal para licenciar perfuração exploratória, mas o órgão segue condicionando o processo a testes rigorosos.

A discussão se intensifica no momento em que o processo de licenciamento do referido bloco avança, com a realização da Avaliação Pré-Operacional (APO) – finalizada em agosto. A APO inclui simulações e vistorias que antecedem a autorização para perfuração de um primeiro poço em alto-mar.

A aposta, no entanto, tem dividido opiniões. De um lado, há os que enxergam na exploração uma oportunidade de dinamizar a economia de estados pouco industrializados, ampliar a arrecadação de royalties e reduzir desigualdades históricas. De outra parte, há quem alerte para os riscos de uma atividade de alto impacto em uma região onde a biodiversidade ainda é pouco conhecida e a logística de resposta a acidentes é precária.

O consumo global de petróleo ultrapassou a marca de 103 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) em 2024. Em julho deste ano, a produção total de

combustíveis líquidos do Brasil cresceu 70 mil bpd a 4,8 milhões bpd, o que sinaliza um novo recorde para o país. Os dados são da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Embora tenha o pré-sal como principal fonte atual (responsável por quase 80% da produção nacional em 2025, de acordo com a ANP), o Brasil busca novas fronteiras para manter sua relevância energética nas próximas décadas.

A Guiana, país vizinho ao norte, multiplicou seu Produto Interno Bruto (PIB) em poucos anos após confirmar reservas gigantescas e iniciar exportações, especialmente após a descoberta do megabloco Stabroek, em 2015, liderada pela ExxonMobil.

A Exxon, operando junto com parceiros como CNOOC (China National Offshore Oil Corporation) e, até recentemente, Hess, cuja participação de 30% foi comprada pela Chevron, já somou mais de 30 descobertas nesse bloco, e tem projetos em andamento como Uaru, Whiptail, Hammerhead, Longtail, entre outras companhias.

Em 2015, o país possuía um PIB de U\$ 4,2 bilhões; em 2024, esse valor saltou para U\$ 24 bilhões. O país registrou expansão de 63% em 2022, 34% em 2023 e 43% em 2024, segundo o Banco Mundial.



A grande preocupação em relação à exploração de petróleo na Foz está ligada ao risco de derramamento de óleo em um dos ambientes marinhos e costeiros mais sensíveis do planeta. Segundo o Ibama, o FZA-M 59 abriga Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs), mangues, formações biogênicas de organismos como corais e esponjas, além de grande biodiversidade marinha com espécies ameaçadas de extinção, como boto-cinza, boto-vermelho, cachalote, baleia-fin, peixe-boi-marinho, peixe-boi-amazônico e tracajá.



“NÃO EXISTE FRONTEIRA NO OCEANO. TODA A MARGEM, QUE VAI DA FRONTEIRA COM A GUIANA FRANCESA ATÉ O RIO GRANDE DO NORTE, PODE ESTAR AMEAÇADA SE UM ACIDENTE OCORRER. FIZEMOS ALGUNS EXPERIMENTOS COM BOIAS FLUTUANTES E PERCEBEMOS QUE UM VAZAMENTO DE ÓLEO PODE SER IMPACTANTE PARA OS ECOSISTEMAS LOCAIS E PARA OS PAÍSES VIZINHOS”

Vale ressaltar que é o maior contínuo de manguezais do Brasil, assim como ecossistemas únicos citados no parágrafo anterior, como o Grande Sistema de Recifes do Amazonas (GARS), que cobre uma área estimada de 9.300 quilômetros inicialmente, em profundidades entre 30 e 120 metros. As informações foram reportadas em 2016, em estudos como o “Cientistas descobrem recife oculto pela pluma do rio Amazonas”, publicado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Nas palavras da coordenadora da frente de Oceanos do Greenpeace Brasil, Mariana Andrade, as correntes marinhas na região da Margem Equatorial são intensas, o que significa que grandes operações, como a exploração de petróleo, tornam-se arriscadas. “Não existe fronteira no oceano. Toda a Margem, que vai da fronteira com a Guiana Francesa até o Rio Grande do Norte, pode estar ameaçada se um acidente ocorrer. Fizemos alguns experimentos com boias flutuantes e percebemos que um vazamento de óleo pode ser impactante para os ecossistemas locais e para os países vizinhos”, alerta.



Durante a Expedição Costa Amazônica Viva, em 2024, pesquisadores do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) lançaram sete derivadores (boias oceanográficas com GPS) em diferentes pontos da Bacia da Foz do Amazonas para mapear correntes de superfície, marinhas e costeiras, que até então eram pouco conhecidas. Essas boias registraram sua posição hora a hora, permitindo identificar trajetórias precisas e demonstrar que o deslocamento de substâncias, como óleo derramado, pode cruzar fronteiras nacionais rapidamente. Por exemplo, o derivador apelidado de Tartaruga Marinha, lançado sobre o bloco FZA-M-59, atravessou em cerca de 26 horas a fronteira com a Guiana Francesa.



Mariana Andrade, coordenadora da frente de Oceanos do Greenpeace Brasil

Além disso, boias colocadas mais próximas à costa mostraram que correntes costeiras e marés podem transportar substâncias para zonas rasas no Amapá e no Pará. Um dos dados mais alarmantes é que, mesmo com elevado volume de descarga do rio Amazonas no mês de março, alguns derivadores se moveram em direção à costa, o que indica que, em caso de vazamento, há um risco real de contaminação costeira.

“Esses ecossistemas são conectados, o que significa que se temos um impacto nos manguezais no Amapá, berçário para várias espécies de peixes, a pesca em várias partes do litoral paraense pode ser afetada, incluindo Bragança, Vigia e Salinópolis, que são importantes cidades para o abastecimento de pescado. Pescadoras e pescadores artesanais estão na ponta dessa cadeia de sobrevivência e produção, ou seja, serão os primeiros a serem afetados”, complementa a coordenadora.

O geólogo e professor do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Marcelo José de Oliveira, também chama atenção para a sensibilidade dos manguezais. “Quase toda a nossa costa é manguezal, um ecossistema muito sensível. Existe a carta de sensibilidade a derramamento de óleo, que classifica a vulnerabilidade da costa (índice 0 a 10); aqui, chegamos perto de 10 pela predominância e fragilidade dos manguezais”.

Contudo, o professor cita modelagens iniciais com baixa probabilidade de um eventual vazamento atingir a linha de costa, dada a distância dos poços, a posição mais a nordeste em relação ao Amapá e o regime de correntes que tende a transportar para norte/alto-mar. “Não é dizer que risco não exista, mas que é reduzido, sobretudo no que tange a atividades como a pesca artesanal na costa, por exemplo. A grande distância dos poços somada às correntes reduz a chance de contaminação direta da linha de costa neste momento”.

“Em termos gerais, a distância está em algo acima de 560 quilômetros da Foz (região de Macapá/Ilha do Marajó) até o ponto de perfuração indicado, e entre 130 e 150 quilômetros da costa do Oiapoque até essa área. Ou seja, bem distante. As correntes que levam sedimentos e plumas do Amazonas seguem ao norte, rumo ao Atlântico/Caribe, o que também afasta o óleo da nossa costa em um cenário de vazamento”, acrescenta.

A experiência internacional mostra que, embora a frequência de derrames varie entre atividades, o transporte marítimo por navios petroleiros segue sendo uma fonte relevante de vazamentos. A Federação Internacional de Poluição por Petroleiros (ITOPF, sigla em inglês) registrou, só em 2024, seis derrames grandes (acima de 700 toneladas) e quatro médios (entre 7 e 700 toneladas) envolvendo petroleiros, ao passo que a resposta a incidentes em alto-mar é logisticamente mais complexa: a distância da costa dificulta mobilização de equipamentos, a atuação de boias e barreiras demanda

tempo e posicionamento cuidadoso e as condições de vento e correntes podem ampliar a dispersão do óleo.

Em ecossistemas amazônicos, a vulnerabilidade é extrema, como disse o chefe do Parque do Cabo Orange, Ricardo Motta Pires, ao The Guardian: “Um vazamento seria catastrófico para os manguezais, que alagam diariamente com as marés e seriam impossíveis de limpar”. Nessas condições, mesmo uma probabilidade baixa de acidente se torna relevante, o que ajuda a explicar a cautela do Ibama e a pressão por planos de emergência testados em campo e garantias de capacidade real de contenção.

Além dos grandes acidentes ocasionais, há uma forma silenciosa e cotidiana de poluição por óleo nos rios amazônicos: o derramamento difuso proveniente das embarcações que utilizam motores a diesel e gasolina. “O risco de acidente com navio costuma ser maior que o risco associado à perfuração a 1.500, 2.000 metros de profundidade, onde estarão os poços”, ressalta Oliveira.

O professor ressalta ainda que os manguezais da Margem estão entre os maiores do mundo e, logo, muito sensíveis ao óleo. “Por isso, as empresas que operam na Foz mantêm brigadas e planos de emergência, com barreiras e boias de contenção para reter o óleo antes de atingir a costa. Essas medidas preventivas e de resposta têm de constar dos planos de emergência”.

**“O RISCO DE ACIDENTE COM NAVIO
COSTUMA SER MAIOR QUE O RISCO
ASSOCIADO À PERFURAÇÃO A 1.500,
2.000 METROS DE PROFUNDIDADE,
ONDE ESTARÃO OS POÇOS”**



Marcelo José de Oliveira, geólogo e professor da Unifap.

ENTRE RIQUEZA E RESPONSABILIDADE



Pedro Walfir Filho, geólogo e professor da UFPA

“O Brasil tem reservas que podem gerar riqueza e renda, e penso que devemos continuar investigando o potencial da Margem Equatorial com responsabilidade socioambiental. O Brasil não pode abrir mão de avaliar o que há em seu subsolo marinho”, resume o geólogo e professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará (UFPA), Pedro Walfir Filho. Segundo ele, a transição energética não será viável apenas “apagando o petróleo de um dia para o outro”, pois atividades como aviação, navegação, cadeia petroquímica (plásticos, insumos) e parte da matriz energética ainda dependem de óleo e gás.

Em relação aos possíveis riscos de um acidente, caso a exploração seja autorizada, Walfir entende que, desde o derramamento na Baía de Guanabara, em 2000, o Brasil avançou em prevenção e contenção de derramamento de óleo e, desde então, não houve acidentes de grande porte com impactos consideráveis.

“O BRASIL TEM RESERVAS QUE PODEM GERAR RIQUEZA E RENDA, E PENSO QUE DEVEMOS CONTINUAR INVESTIGANDO O POTENCIAL DA MARGEM EQUATORIAL COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL. O BRASIL NÃO PODE ABRIR MÃO DE AVALIAR O QUE HÁ EM SEU SUBSOLO MARINHO”

“O episódio mais recente de óleo no litoral nordestino, em 2019, não teve relação com perfuração; possivelmente foi lavagem de tanques de navios, algo ainda não completamente esclarecido. A Petrobras tem responsabilidade social e capacidade técnica para explorar com segurança, e o Brasil, que ainda não é uma economia plenamente consolidada e, logo, não pode abrir mão de avaliar esse potencial”, diz.

O bloco FZA-M-59 fica a cerca de 175 quilômetros do litoral do Amapá, em águas ultraprofundas, e modelos de dispersão indicam que as correntes da região tendem a empurrar eventuais plumas de óleo em direção ao norte e ao alto-mar. O professor Marcelo José de Oliveira explica que a situação atual é de prospecção, não de produção.

LINHA DO TEMPO

ABRIL DE 2012



Publicada a Portaria que cria a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) como instrumento de planejamento para o fomento de blocos (não substitui licenciamento).

MAIO DE 2013



Ocorre a 11ª Rodada do leilão da ANP. Na Foz do Amazonas, o bloco FZA-M-59 é arrematado por B.P. (70%) e Petrobras (30%). B.P. operadora, conforme ata oficial. São os oito blocos dessa bacia renderam mais de R\$ 750 milhões em bônus.

DEZEMBRO DE 2013



Petrobras anuncia a descoberta “Pitu” (BM-POT-17), 1ª em águas profundas da Bacia Potiguar. Abre-se a fase de avaliação.

MARÇO DE 2014



Poço de extensão confirma a descoberta de Pitu (índices de hidrocarbonetos).

“Os poços ficam bem distantes da faixa costeira onde se concentra a pesca artesanal. Nossa costa é muito sensível, com manguezais com índice de sensibilidade alto, mas a distância e o regime de correntes tendem a afastar um eventual óleo da linha de costa”, analisa. Ele destaca que o passo crucial neste momento é o Plano de Emergência. “O Plano de Emergência tem de sair do papel: a Avaliação Pré-Operacional simula vazamento, logística e resgate de fauna. É o último passo antes da licença de perfuração”.

Além disso, o Ibama tem apontado fragilidades estruturais: falta de portos preparados, demora no deslocamento de equipes especializadas e ausência de garantias robustas de que a empresa teria condições de conter um vazamento em tempo hábil. Em 2025, o órgão ambiental aprovou apenas o conceito do plano de resgate de fauna da Petrobras, permitindo a realização de simulações como etapa preparatória, mas manteve a exigência de estudos mais abrangentes, como a AAAS, que pode levar anos para ser concluída.

COMO FUNCIONAM OS LEILÕES

No Brasil, a ANP organiza os leilões de blocos de exploração. Eles acontecem em rodadas de licitação, em que empresas (como Petrobras, Shell, TotalEnergies, entre outras) disputam o direito de explorar determinadas áreas, que podem ser em terra (onshore) ou no mar (offshore), incluindo a Margem Equatorial.



EXISTEM DOIS MODELOS PRINCIPAIS:

Rodadas de Concessão: a empresa vencedora assume os riscos e custos da exploração e, se encontrar petróleo/gás, paga royalties e participações ao governo:

Partilha de Produção (usado no pré-sal): o petróleo extraído é dividido entre a União e a empresa, com a Petrobras sempre tendo participação mínima obrigatória em alguns casos.



ABRIL DE 2014



Ibama abre o processo de licenciamento do FZA-M-59, a pedido da BP, então operadora.

MAIO DE 2015



ExxonMobil descobre “Liza” (Guiana, bloco Stabroek), dando visibilidade mundial à “Equatorial Margin” do Atlântico e elevando o interesse em análogos no Brasil.

2016



Recifes amazônicos: saem estudos científicos descrevendo um sistema recifal sob a pluma do Amazonas, elevando a sensibilidade ambiental da área.

DEZEMBRO DE 2018



Ibama indefere o licenciamento da Total para perfurar cinco blocos na Foz do Amazonas. O indeferimento é mantido após recurso.

MUDANÇAS

O Amapá, altamente dependente do serviço público e de poucas atividades industriais, vê na cadeia de óleo e gás uma oportunidade inédita. De acordo com o conselheiro de Economia Regional do Pará e Amapá (Corecon-PA/AP), Pablo Damasceno Reis, a chegada de investimentos exigiria infraestrutura portuária, aeroportuária e bases de apoio, gerando empregos diretos e indiretos. “Para cada posto de trabalho em plataformas ou sondas, outros são criados em serviços de transporte, hotelaria, comércio e logística”, exemplifica, mostrando os potenciais ganhos.

Mas os desafios também são grandes: migração, pressão sobre serviços públicos e risco de desigualdade social ampliada. “A lei do petróleo define royalties para estados e municípios. O essencial é a política pública: como os recursos serão investidos para melhorar a qualidade de vida? É papel da sociedade cobrar boa gestão. Não faz sentido rejeitar a atividade apenas por medo de mau uso do dinheiro”, argumenta Walfir. Ele lembra ainda da obrigação legal de destinar 1% da receita bruta de óleo e gás à ciência, tecnologia e inovação, um recurso que pode fortalecer universidades amazônicas.

“É PAPEL DA SOCIEDADE COBRAR BOA GESTÃO. NÃO FAZ SENTIDO REJEITAR A ATIVIDADE APENAS POR MEDO DE MAU USO DO DINHEIRO”



DEZEMBRO DE 2020



Transferência dos direitos do FZA-M-59 da B P para a P etrobras. O licenciamento aberto em 2014 segue no Ibama.

OUTUBRO DE 2021



17ª Rodada da ANP o corre sem blocos em Pará-Maranhão (sensibilidade ambiental indicada em análises técnicas). Rodada t em b aixa atratividade.

MAIO DE 2023



Ibama nega a licença de perfuração à Petrobras no FZA-M-59 (Foz do Amazonas), citando insuficiências no plano de contingência e contexto ambiental sensível.

OUTUBRO DE 2023



Ibama emite licença para dois poços no bloco BM-POT-17 (Baía Potiguar). A autorização vem a pós Avaliação Pré-Operacional (APO) do plano de emergência.

A própria trajetória do licenciamento na Foz do Amazonas mostra as idas e vindas do processo. Em 2014, quando empresas como a francesa Total e a britânica BP ainda eram operadoras dos blocos, os estudos iniciais foram realizados sem ampla participação de comunidades indígenas e ribeirinhas, sobretudo em Oiapoque. Isso gerou ruídos e até especulação imobiliária em áreas sem definição sobre produção.

Com a saída da BP e a entrada da Petrobras como operadora única, o processo foi retomado com reforço nos estudos e parcerias com universidades da região. Hoje, há convênios com instituições como UFPA, Unifap, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Federal do Ceará, envolvendo projetos de geociências, biologia e ciências sociais.

Marcelo José reconhece que houve falhas no início, mas observa maior esforço de diálogo no momento atual. “Percebo maior esforço de diálogo com comunidades, em especial indígenas, e uma postura de não criar expectativas além do devido: pode haver descoberta, pode não haver”.

“PARA CADA POSTO DE TRABALHO EM PLATAFORMAS OU SONDAS, OUTROS SÃO CRIADOS EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE, HOTELARIA, COMÉRCIO E LOGÍSTICA”



DEZEMBRO DE 2023



Petrobras mobiliza sonda e inicia a perfuração de Pitu Oeste (BM-POT-17), marcando a retomada da atividade na Margem Equatorial.

JANEIRO DE 2024



Petrobras conclui a perfuração de Pitu Oeste e anuncia continuidade da campanha.

ABRIL DE 2024



Nova descoberta: acumulação de óleo e em águas ultraprofundas no poço Anhangá, segunda descoberta na Potiguar.

ABRIL-JULHO DE 2024



MPF e Funai cobram cautela. Lula e o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia defendem a o menos a pesquisa.



MAIO DE 2024



A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, a atual Serviço Geológico do Brasil, a nunciou o apeamento de alta resolução e novas pesquisas cobrindo as cinco bacias da Margem Equatorial.

FEVEREIRO DE 2025



Área técnica do Ibama recomenda negar o ovamente (por lacunas no plano de roteção da fauna, e ntre outros pontos). A decisão final fica com o presidente do Ibama.

MAIO DE 2025

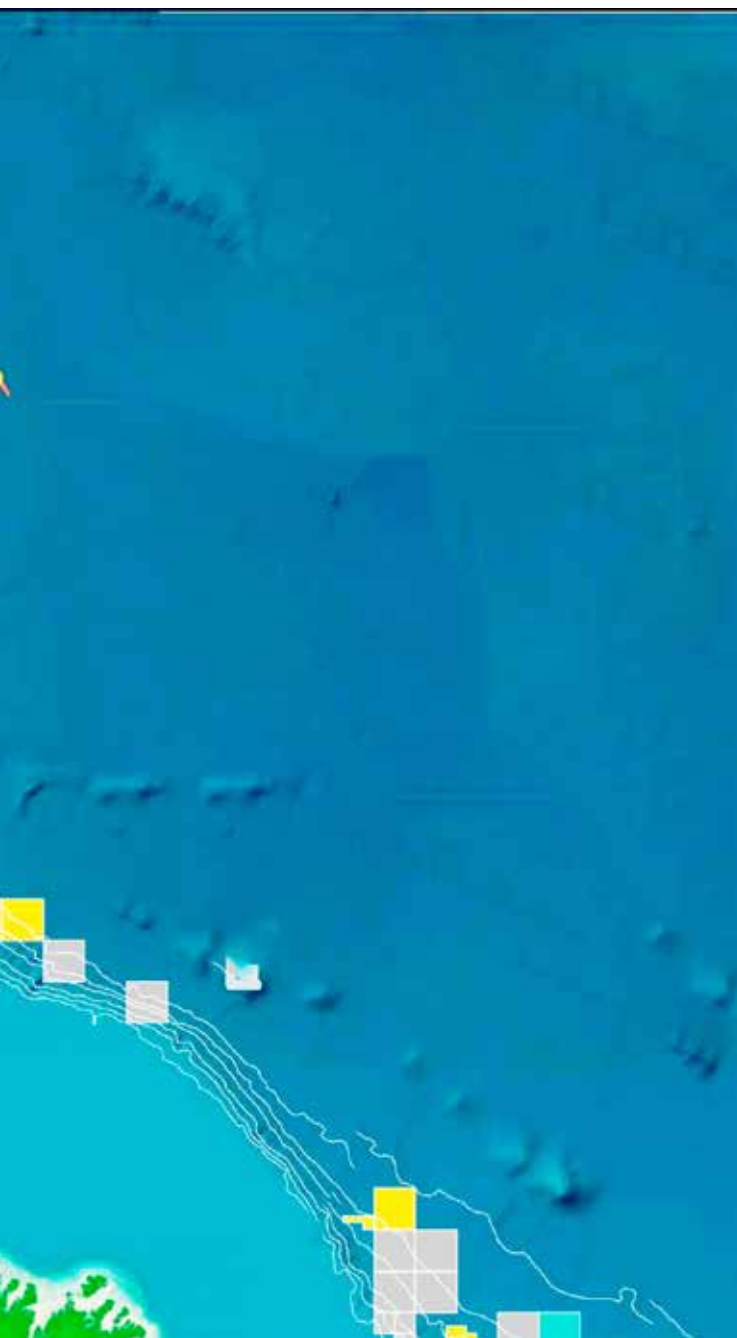


Direção do Ibama aprova etapa chave do licenciamento (plano de fauna), apesar do parecer contrário de 29 técnicos, deixando o projeto a um passo da fase final.

JUNHO DE 2025



ANP realiza o 5º Ciclo da Oferta Permanente (OPC): 47 blocos na Foz do Amazonas vão a leilão e 19 são arrematados (área somada: cerca de 16,3 mil km²).



AValiação Pré-Operacional

A Avaliação Pré-Operacional tornou-se o ponto decisivo para que o Ibama conceda a licença de perfuração. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) já trouxe diagnósticos e propostas de mitigação, mas o órgão considera que o ponto crítico é o Plano de Emergência (PEM). Além de estar descrito no papel, é necessário demonstrar sua operacionalidade por meio de simulações práticas: “Se vazar aqui, como reagimos? Com quais meios? Em quanto tempo?”. Essa execução simulada, em geral, constitui o último passo para liberar a perfuração, e a etapa mais recente teve justamente a função de testar esse plano. Se aprovado, abre-se o caminho para a concessão da licença.

Ao mesmo tempo, começam a ser discutidos os potenciais frutos que a exploração pode trazer para os estados amazônicos. Amapá e Pará tendem a ser os primeiros beneficiados, com geração de empregos e formação de novas competências, avalia Pablo Damasceno. “Nesse processo, a universidade assume papel central ao qualificar mão de obra, apoiar a gestão e orientar políticas. Hoje, a maioria dos profissionais especializados está concentrada no Sudeste, o que reforça a necessidade de formar quadros locais”, aponta.

Para reduzir incertezas e preparar respostas, a Petrobras tem apoiado projetos em áreas como manguezais, cartas de sensibilidade, dinâmica costeira e socioeconomia, iniciativas que ajudam a fortalecer a ciência regional e aprimorar a capacidade de enfrentamento a eventuais incidentes.



Pablo Damasceno Reis, conselheiro de Economia Regional do Pará e Amapá

JULHO DE 2025



ANP suspende o 1º período exploratório de seis concessões na Foz (incluindo FZA-M-59), a pedido da Petrobras, por atrasos de licenciamento e interdependência geológica entre áreas.

AGOSTO DE 2025



Avaliação Pré-Operacional (APO): Petrobras e Ibama realizam o simulado de emergência (derrames, resgate de fauna, logística), a última prova antes da decisão sobre a licença de perfuração do FZA-M-59. Exercício concluído em 27 de agosto.



ELETROS CELEBRA 30 ANOS DE ATUAÇÃO COM SALTO HISTÓRICO NA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA BRASILEIRA

ENTRE 1994 E 2024, PRODUÇÃO SALTOU DE 27 MILHÕES PARA 130 MILHÕES DE APARELHOS

POR FRANCISCO GOMES

IMAGENS DIVULGAÇÃO

NO DIA 29 DE AGOSTO DE 1994, EMPRESÁRIOS DO SETOR ELETROELETRÔNICO BRASILEIRO DECIDIRAM UNIR FORÇAS EM TORNO DE UM OBJETIVO COMUM: CONQUISTAR REPRESENTATIVIDADE COMO FABRICANTES DE BENS FINAIS E ALINHAR SEUS INTERESSES EM UMA SÓ VOZ.

A iniciativa foi puxada por duas lideranças de peso: Sérgio Prosdócimo, então à frente do Grupo Refripar (Refrigeração Paraná S/A), e Eugênio Staub, da Gradiente. O movimento também contou com a contribuição decisiva de Franciscus Sluiter, ex-presidente da Philips do Brasil, que chegou a ceder sua própria residência para abrigar os primeiros encontros do grupo.

A etapa seguinte foi dar forma jurídica à nova entidade. A elaboração do estatuto inaugural ficou a cargo do advogado Edson Vismona, que anos depois se tornaria secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo. Ele contou com o apoio de Dorothea Werneck, ex-ministra da Indústria e do Comércio, cuja experiência ajudou a estruturar os alicerces institucionais da organização. Essa etapa se sucedeu na antiga sede da Sanyo, localizada em São Paulo.

Desse processo nasceu a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), criada para representar e fortalecer a indústria eletroeletrônica nacional.

Em 1994, o mercado brasileiro consumia 27 milhões de aparelhos eletroeletrônicos. Três décadas depois, esse número alcança 130 milhões de unidades, consagrando a autossuficiência produtiva, a modernização tecnológica e a presença quase absoluta desses produtos nos lares do país. O salto de 381,5% em 30 anos não apenas acompanha a expansão da economia nacional, mas traduz o papel estratégico de um setor que impulsionou mudanças de comportamento, consolidou padrões de eficiência energética e conectividade e contribuiu para que o Brasil se tornasse referência em inovação e acessibilidade de bens duráveis.

“Esses números históricos são a tradução, em escala nacional, do esforço coletivo de toda a cadeia produtiva, do chão de fábrica à pesquisa tecnológica de ponta, passando pelo dinamismo do varejo, a qualificação da mão de obra e a regulação responsável do Estado. A indústria brasileira de eletroeletrônicos é madura, resiliente e imprescindível para o presente e o futuro do país”, afirma o presidente-executivo da Eletros, Jorge Nascimento Júnior. A fala reforça a ideia de que o desempenho do setor não é obra isolada, mas resultado de uma articulação que envolveu desde políticas públicas de incentivo até a modernização contínua das linhas de produção.

A evolução não se deu de forma linear: em 2004, dez anos após a marca inicial, o mercado já registrava 34 milhões de aparelhos, avanço modesto se comparado ao

salto da década seguinte, quando em 2014 o consumo chegou a 86 milhões, refletindo a inclusão tecnológica e o aumento do poder de compra. Em 2024, o patamar de 130 milhões confirma o amadurecimento de uma indústria que se tornou protagonista em abastecimento, modernização e acessibilidade para o brasileiro.

O Brasil tinha cerca de 39 milhões de lares em 1994, número que atingiu aproximadamente 80 milhões em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, enquanto a quantidade de domicílios praticamente dobrou, as vendas de eletroeletrônicos cresceram mais de três vezes. A diferença revela o impacto de políticas públicas de estímulo à produção, ampliação do crédito, valorização da renda média e programas de acesso a bens duráveis, em conjunto com a própria modernização industrial.

“Nos anos 90, parecia improvável que praticamente todos os lares do Brasil pudessem contar com equipamentos de ponta fabricados aqui mesmo, com padrão internacional de qualidade”, recorda Nascimento. “Hoje, o consumidor nacional encontra TVs, refrigeradores e eletrodomésticos inteligentes produzidos no Brasil, levando inovação, conforto, eficiência energética e conectividade para a população”, acrescenta. A fala ilustra o alcance da mudança, que passou a combinar inovação de ponta com produção local e atendimento em larga escala.

SEGMENTOS REPRESENTADOS PELA ELETROS

Ar-condicionado: equipamento destinado a regular a climatização de ambientes. Atua substituindo o ar quente por ar mais fresco e pode agregar diferentes funções, como resfriamento, aquecimento, filtragem, ventilação, renovação e até controle de umidade.



Linha Branca: categoria que reúne os eletrodomésticos de grande porte utilizados na rotina doméstica, a exemplo de refrigeradores, fogões, máquinas de lavar roupas e fornos de micro-ondas.



Linha Marrom: termo de uso internacional para designar aparelhos voltados ao lazer, informação e entretenimento dentro de casa, como televisores e sistemas de áudio e vídeo.

A expressão remete à coloração tradicional das embalagens e caixas acústicas, frequentemente em tons de marrom, madeira ou baquelite.



Linha Portátil: engloba eletrodomésticos de menor porte e fácil mobilidade, podendo ser transportados de um espaço a outro. Entre os mais comuns estão liquidificadores, batedeiras, aspiradores de pó, cafeteiras, secadores de cabelo e ventiladores.





As comemorações pelos 30 anos de trajetória aconteceram em 27 de agosto, no seminário “A indústria eletroeletrônica brasileira como referência global em tecnologia e inovação”, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, onde foi apresentado um balanço inédito, que abordou a evolução regulatória, os avanços em eficiência energética, os desafios do presente e as diretrizes estratégicas para o futuro do setor. O evento reuniu autoridades, empresários, executivos, especialistas e representantes de diferentes setores governamentais.

No balanço, Nascimento destacou que a Eletros esteve presente em todas essas etapas, desempenhando papel ativo na formulação de políticas e na articulação entre indústria e Estado. “A Eletros teve papel decisivo apoiando o desenvolvimento das políticas de etiquetagem energética, discutindo com fabricantes, consolidando dados do setor e estimulando a modernização do parque industrial. O seminário será um marco para consagrar todo esse esforço e projetar os nossos próximos 30 anos”, incluiu.

Presente no encontro, o presidente da CNI, Ricardo Alban, enfatizou que instrumentos como a depreciação acelerada, aliados a políticas de incentivo e programas de desenvolvimento, têm papel decisivo na consolidação da indústria eletroeletrônica do país.

“Mesmo diante de crises e desafios, o setor registrou 29% de crescimento no último ano. É fundamental reconhecer os avanços e, ao mesmo tempo, seguir

trabalhando para reduzir custos e aumentar a produtividade. Uma indústria sólida é essencial para gerar empregos, impulsionar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população”, disse.

Com 97% dos eletroeletrônicos vendidos no Brasil produzidos por empresas instaladas no país e associadas à Eletros, e representando cerca de 3,5% do PIB industrial brasileiro, a indústria atingiu um nível de autossuficiência inédito. O avanço resulta da maturidade da cadeia produtiva, de investimentos constantes em pesquisa e desenvolvimento, do uso estratégico de incentivos fiscais e de uma regulação eficiente. “O setor não depende mais de importações. Ganhamos escala, know-how e capacidade de inovar para fornecer qualidade e tecnologia de forma acessível a todo o país”, avalia Nascimento.

Nos anos de 1990, os lares brasileiros eram dominados por televisores de tubo, videocassetes e aparelhos de som, símbolos de consumo de uma época em que a modernização ainda engatinhava. A virada ocorreu com a expansão da chamada linha branca: lavadoras automáticas, micro-ondas e refrigeradores passaram a ocupar espaço nas casas, promovendo uma transformação estrutural no cotidiano doméstico. Já a partir dos anos 2000, a inclusão tecnológica acelerou o processo, convertendo em itens indispensáveis equipamentos antes vistos como supérfluos e levando o padrão brasileiro de produção também para além das fronteiras nacionais.



Jorge Nascimento Júnior -
Presidente-Executivo da Eletros

INOVAÇÃO E CONSUMO DITAM A TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA

A trajetória da indústria eletroeletrônica no Brasil foi marcada pela capacidade de se adaptar aos ciclos de consumo e, em muitos momentos, antecipar as demandas do mercado. Foi assim em 2003, quando o lançamento das TVs LCD inaugurou uma nova era de modernização; ou na década de 2010, com a popularização das telas de LED, que redefiniram o padrão visual das residências. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a linha branca, em 2012, e a influência de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, também impulsionaram a renovação dos eletrodomésticos e aqueceram o comércio, transformando a dinâmica de vendas no setor.

O movimento de substituição tecnológica se repetiu em diversas frentes: os videocassetes deram lugar aos DVDs; a linha branca passou a incorporar automação avançada; e a massificação das lavadoras automáticas alcançou penetração de 80% a 85% dos lares em 2015, consolidando uma mudança estrutural no dia a dia das famílias. Mais recentemente, a consolidação das Smart TVs, o crescimento dos eletrodomésticos inteligentes e a incorporação de recursos de conectividade e IA reafirmaram a capacidade do setor de alinhar-se às tendências globais.

“Os padrões de consumo mudaram radicalmente. O brasileiro passou a demandar equipamentos conectados, produtos inteligentes, e-commerce cada vez mais ágil e marcas comprometidas com sustentabilidade. Em 2024, por exemplo, a explosão das vendas de air fryers mostrou a sensibilidade do setor à inovação e ao comportamento do consumidor”, analisa o presidente-executivo da Eletros.

“O futuro vai exigir ainda mais rapidez para captar tendências, investir em pesquisa e aprimorar a experiência do consumidor em múltiplos canais e dispositivos”. A observação do presidente se conecta ao cenário de 2024, quando o calor extremo estimulou a venda de condicionadores de ar e ventiladores, enquanto o comércio digital ampliou sua participação e abriu novas perspectivas de expansão.

OS PADRÕES DE CONSUMO MUDARAM RADICALMENTE: O BRASILEIRO PASSOU A DEMANDAR EQUIPAMENTOS CONECTADOS, PRODUTOS INTELIGENTES, E-COMMERCE CADA VEZ MAIS ÁGIL E MARCAS COMPROMETIDAS COM SUSTENTABILIDADE

Dos 37 associados, 23 operam na Zona Franca de Manaus (ZFM), cumprindo diversas regras de agregação de valor e colaborando diretamente para a geração dos mais de 131 mil empregos no PIM. Essa atuação é reforçada pelo apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em pleitos relacionados aos processos produtivos básicos, garantindo competitividade e atração de novos investimentos para Manaus.

A linha de ar-condicionado, com 18 fabricantes instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM), se destaca como o segundo maior polo de produção de aparelhos do mundo, estando atrás apenas da China. Em 2024, 5,9 milhões de unidades de condicionadores foram produzidas no país, um crescimento de 38% em relação a 2023. Em relação à comercialização, o índice chegou a marca de 13 milhões no ano passado, aumento de aproximadamente 44,4%.

“Atualmente, somamos 15 mil funcionários diretos e 35 mil funcionários indiretos apenas para essa cadeia. A bancada, quando defende a Zona Franca e defende a nossa indústria, preserva não somente esses empregos, mas garante também investimento em produção, em qualidade, em tecnologia, em conhecimento, em eficiência energética e em sustentabilidade”, diz o vice-presidente do setorial de ar-condicionado da Eletros, Mauro Apor.

O representante explica ainda que o crescimento juntamente com a defesa do setor de eletroeletrônicos garante, tanto na ZFM quanto fora dela, a existência de duas cadeias: a montante, na figura dos componentistas e fornecedores de matérias-primas; e a jusante, com os milhares de funcionários das empresas de revenda, empresas de instaladores e mantenedores. Nas palavras dele, “os empregos indiretos gerados nesses grupos são imensuráveis”, reforçando o papel indireto da Associação na geração de postos de trabalho.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E LIDERANÇA SUSTENTÁVEL: OS PRÓXIMOS PASSOS

O avanço da indústria eletroeletrônica brasileira nas últimas três décadas não elimina os desafios que estão no horizonte. Para se manter competitiva em meio à revolução tecnológica global, a estratégia passa por aumentar os investimentos em pesquisa, acelerar a inovação voltada à eficiência energética, qualificar permanentemente a mão de obra, equilibrar custos de produção e contar com políticas públicas e incentivos fiscais que sustentem a modernização. “O Brasil pode, e deve, ser modelo internacional de indústria limpa, competitiva e voltada ao futuro”, afirma Nascimento.

Entre as prioridades, ele coloca a transição energética no centro da agenda: “É preciso elevar o nível de eficiência dos eletroeletrônicos brasileiros, desenvolver novas soluções em conectividade e automação, garantir a formação continuada dos trabalhadores e fortalecer a sustentabilidade em toda a cadeia”. A afirmação se conecta ao cenário atual, em que a presença crescente de aparelhos conectados, o avanço das smart homes, a força das startups e a consolidação da indústria 4.0 abrem espaço para exportar tecnologia, firmar parcerias internacionais e assumir protagonismo em ESG, sigla para: ambiental, social e de governança.

Para o presidente, o setor já demonstra preparo para enfrentar esse novo ciclo, mas o êxito dependerá da capacidade de articulação coletiva e de visão de longo prazo. “O setor está preparado para inovar diante das demandas desse novo cenário, responder por transformações ambientais necessárias e continuar sendo ferramenta estratégica para o desenvolvimento nacional. Mas o sucesso passa, obrigatoriamente, pela articulação de toda a cadeia e pela visão de longo prazo. Quando olhamos o salto de 27 milhões para 130 milhões de aparelhos em trinta anos, estamos reconhecendo o resultado de um projeto coletivo e a capacidade da indústria nacional de se reinventar”.

"QUANDO OLHAMOS O SALTO DE 27
MILHÕES PARA 130 MILHÕES DE
APARELHOS EM TRINTA ANOS, ESTAMOS
RECONHECENDO O RESULTADO DE UM
PROJETO COLETIVO E A CAPACIDADE DA
INDÚSTRIA NACIONAL DE SE REINVENTAR"



O IMPACTO DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA NOS LARES BRASILEIROS

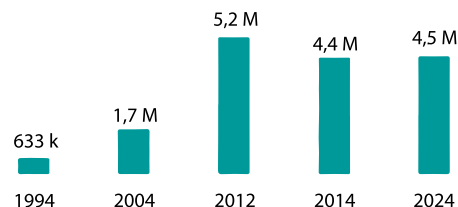
A indústria eletroeletrônica brasileira, nas últimas décadas, não apenas expandiu sua produção, como também redefiniu a forma de viver da população. O setor passou a ser sinônimo de modernização dos lares, transformando equipamentos em instrumentos de conforto, segurança e bem-estar que se tornaram indispensáveis para as famílias do país. Mais que marcos de crescimento industrial, os produtos fabricados no período traduzem avanços sociais e mudanças significativas no cotidiano.

A linha branca produziu 15,6 milhões de unidades em 2024, um aumento de 17% em relação a 2023. Refrigeradores que garantem a conservação dos alimentos, máquinas de lavar que devolvem horas ao dia, micro-ondas que aceleram a rotina e aparelhos de ar-condicionado que proporcionam saúde e conforto térmico são exemplos concretos de como a tecnologia modificou hábitos e reorganizou a dinâmica familiar. O efeito mais visível dessa transformação, apontam pesquisas de consumo, recaiu sobre as mulheres: historicamente sobrecarregadas com as tarefas domésticas, elas passaram a ter maior autonomia graças à automação da linha branca, o que ampliou sua presença no mercado de trabalho, no empreendedorismo, na vida acadêmica e na convivência com a família. Trata-se de um impacto silencioso, mas decisivo para a inclusão e a igualdade.

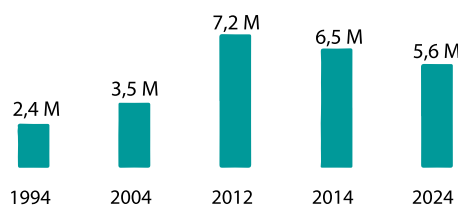
A sustentabilidade emergiu como outro eixo central dessa evolução. Fabricados localmente, refrigeradores, condicionadores de ar e lavadoras atingiram padrões equivalentes aos melhores do mundo em eficiência energética e preservação ambiental. Os números são claros: refrigeradores modernos consomem até 30% menos energia do que os modelos da década de 1990, enquanto lavadoras atuais utilizam em média 25% menos água por ciclo. Essa mudança resulta não apenas em ganhos ambientais, com a redução das emissões associadas à geração elétrica, mas também em alívio direto no orçamento das famílias, que conseguem economizar centenas de reais por ano em contas de luz e água ao optar por aparelhos mais eficientes.

O salto tecnológico também se fez sentir na conectividade e na segurança. Fogões com desligamento automático, sensores inteligentes de eficiência e sistemas integrados a eletrodomésticos conectados por aplicativos tornaram-se parte do dia a dia, conferindo ao consumidor mais praticidade e controle sobre a própria rotina. A casa inteligente deixou de ser promessa de futuro para se consolidar como tendência real no presente. O crescimento das vendas até 2012 evidencia como esse eletrodoméstico se consolidou nos lares brasileiros, simbolizando a ampliação do acesso a cozinhas completas. Já a retração observada nos anos seguintes está associada tanto à maturidade do mercado quanto à maior vida útil dos aparelhos.

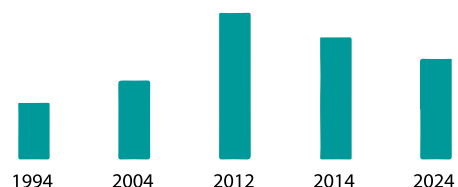
Vendas Lavadoras de Roupas



Vendas Geladeiras



Vendas Fogões



REFRIGERADORES QUE GARANTEM A CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS, MÁQUINAS DE LAVAR QUE DEVOLVEM HORAS AO DIA, MICRO-ONDAS QUE ACELERAM A ROTINA E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO QUE PROPORCIONAM SAÚDE E CONFORTO TÉRMICO SÃO EXEMPLOS CONCRETOS DE COMO A TECNOLOGIA MODIFICOU HÁBITOS E REORGANIZOU A DINÂMICA FAMILIAR

Instituído em 1998, o Selo Procel deu início a uma política de incentivo à eficiência energética que se ampliou com a adoção da etiquetagem obrigatória em 2001. A partir daí, a indústria nacional passou a se modernizar sob novos parâmetros, enquanto normas específicas para diversos equipamentos, como as que alcançaram fogões e fornos a gás em 2012, consolidaram um padrão mais elevado de qualidade e de consumo racional de energia.

HOMENAGEM NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No aniversário de suas três décadas de atuação, a Eletros também recebeu homenagem em sessão solene realizada no plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. O encontro, proposto pelo deputado federal Pauderney Avelino (União-AM), reuniu autoridades parlamentares, empresários e representantes do setor para celebrar a contribuição da entidade ao desenvolvimento da indústria eletroeletrônica brasileira, com foco na ZFM. Entre eles, o titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Serafim Corrêa.



TELEVISÃO: UM ESPELHO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

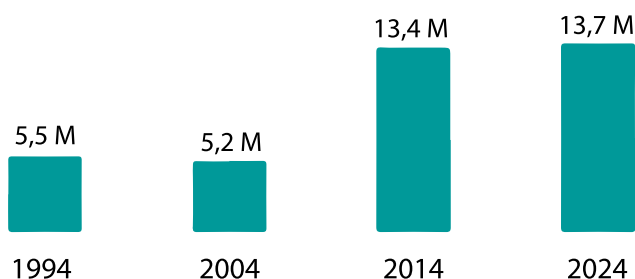
Nos anos 1990, os televisores de tubo simbolizavam um bem de consumo de massa, com 5,5 milhões de unidades vendidas em 1994. A presença da TV na sala de estar já representava centralidade no lazer, na informação e até no status social de muitas famílias.

O início dos anos 2000 trouxe uma virada. A abertura econômica e a queda dos preços permitiram que novas tecnologias ganhassem espaço rapidamente. O DVD substituiu o videocassete e as TVs de LED começaram a transformar a experiência audiovisual, com mais qualidade de imagem e formatos mais modernos. A televisão, que antes era apenas receptora de sinal aberto, passou a se alinhar a uma lógica de inovação constante.

Esse processo culminou em números impressionantes: em 2014, o país registrou 13,4 milhões de aparelhos vendidos, reflexo de um mercado em expansão e de um público ávido por atualização tecnológica. Em 2024, a produção de 3,5 milhões de unidades, avanço de 22% em relação a 2023, e o recorde de 13,7 milhões de televisores comercializados marcam não apenas a consolidação das Smart TVs, mas também o salto para uma nova era de conectividade, em que a televisão se integra à Internet das Coisas (IoT) e assume papel ativo no ecossistema digital doméstico.



Vendas Televisores

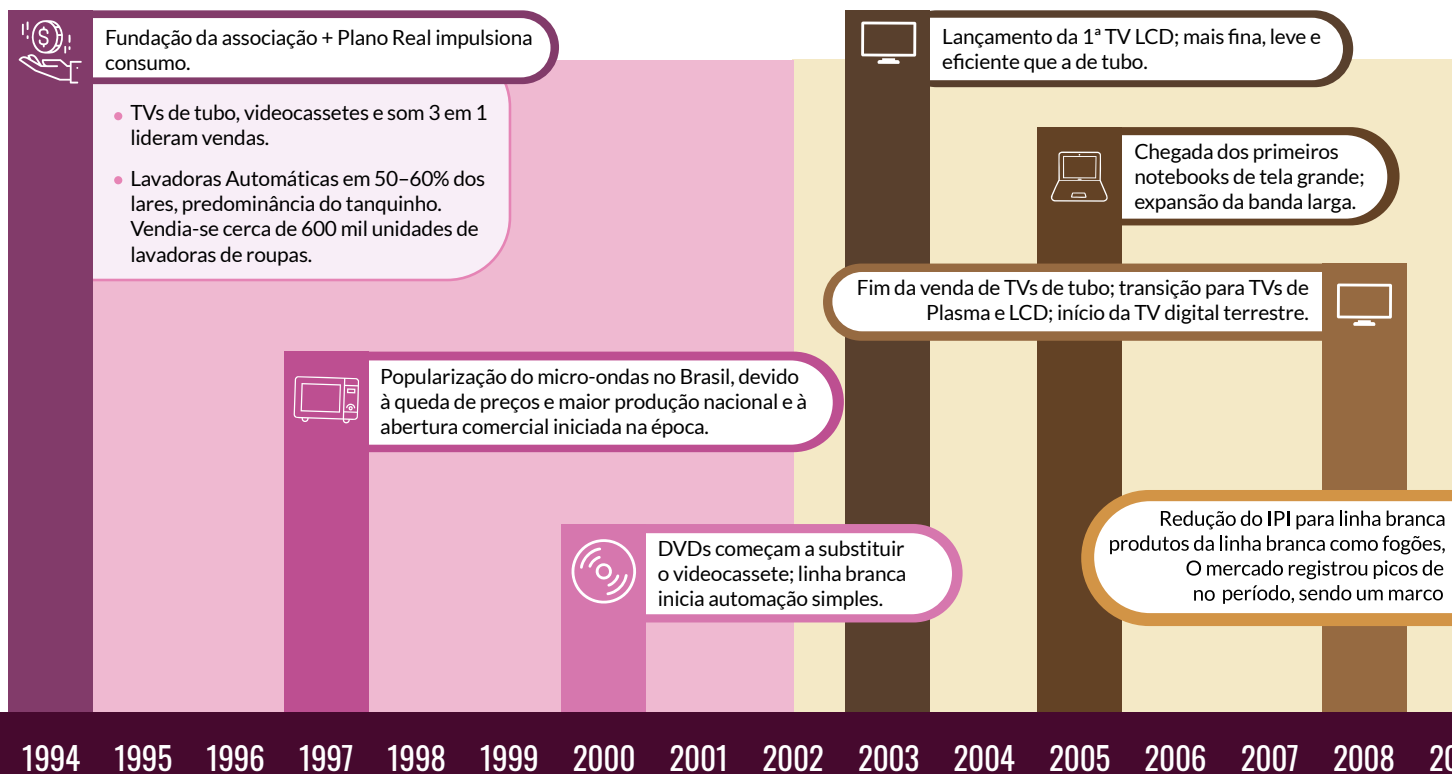


1994 – 2002: Estabilização Econômica e Abertura de Mercado

Plano Real, Abertura da Economia e Crise Energética (apagão)

2003 - 2014: Expansão, Crescimento e Inclusão Social

Aumento da renda e crédito, Programas Sociais, Copa do Mundo



1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009

Criação do Selo Procel, complemento do PBE ao certificar produtos que se destacam em eficiência energética.

Etiquetagem de eficiência energética se torna compulsória para alguns eletrodomésticos.

Instituída a etiquetagem compulsória de fogões e fornos a gás, de uso doméstico.

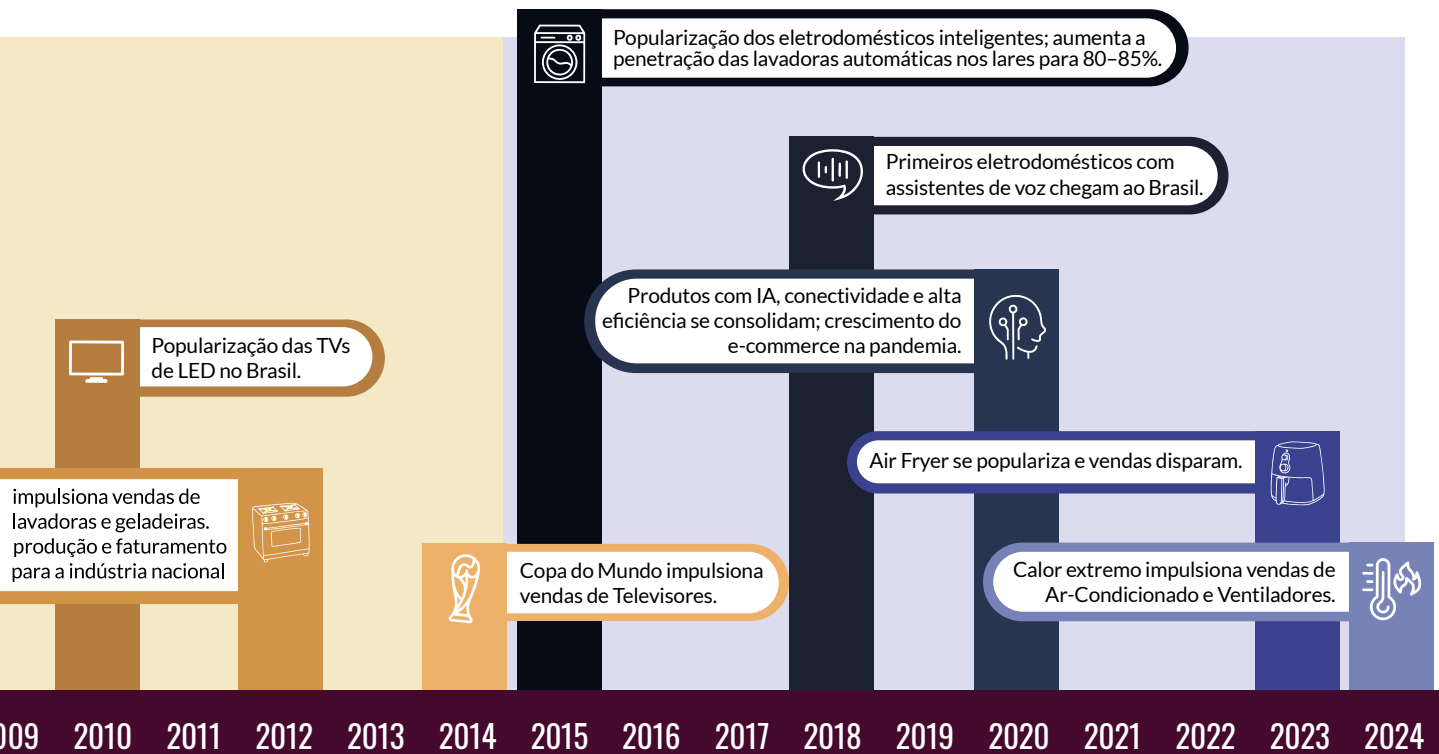
Estabelecido o programa de etiquetagem compulsória de máquinas de lavar roupas de uso doméstico. A norma aprovou o Regulamento de Avaliação da Conformidade, definindo os critérios de eficiência que os fabricantes deveriam seguir.

Revisão do regulamento de avaliação da conformidade de fogões e fornos à gás.

1
9
9
2

Criação oficial do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo INMETRO. O principal objetivo foi fornecer informações claras aos consumidores sobre a eficiência energética dos produtos, permitindo escolhas mais conscientes e, assim, incentivando a indústria a produzir equipamentos mais econômicos.

- Instituída a etiquetagem compulsória de condicionadores de ar de uso doméstico.
- Instituída a etiquetagem compulsória de refrigeradores e seus semelhantes.



Estabelecimento da regulamentação para fogões e fornos a gás, com foco na eficiência energética e segurança. A norma revisou os requisitos de avaliação da conformidade para esses produtos, estabelecendo critérios claros para que eles pudessem receber a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

Instituído Programa para fogões e fornos a gás, avaliando tanto a eficiência da mesa quanto a do forno.

Atualização da Portaria PBE para condicionadores de ar. A principal mudança foi a criação de um novo método para medir a eficiência, refletindo melhor o desempenho dos modelos com a tecnologia Inverter. Isso tornou os critérios para classificar um aparelho como "A" mais rigorosos, ajudando o consumidor a identificar os aparelhos mais eficientes.

Alteração da Portaria de refrigeradores e congeladores, estabelecendo novos requisitos de eficiência. Essa mudança criou subclasses na classificação, permitindo ao consumidor identificar de forma mais detalhada quais modelos são realmente os mais eficientes.

Alteração da etiquetagem de todos os aparelhos de ar-condicionado fabricados ou importados para o Brasil. Essa etiqueta não só classifica a eficiência de "A" a "F", mas também fornece dados mais detalhados, como o consumo anual de energia. O objetivo foi a economia dos aparelhos com compressor de velocidade variável (Inverter).

- a. Início das novas regras de eficiência energética para refrigeradores e congeladores, visando a tornar os equipamentos fabricados no Brasil em média 17% mais eficientes. A mudança se dará em duas etapas:

1ª Etapa (2024-2025): Os produtos fabricados ou importados devem ter um consumo máximo de 85,5% em relação ao consumo padrão.

2ª Etapa (a partir de 2026): O consumo máximo permitido será ainda mais restritivo, passando para 90% em relação ao novo padrão. Instituída a etiquetagem compulsória de refrigeradores e seus semelhantes.

- b. Atualização nos critérios do PBE de fogões e fornos a gás. As mudanças tornaram os padrões de eficiência mais exigentes, especialmente para a classificação "A". Ou seja, para um fogão obter a classificação máxima de eficiência em 2024, ele precisa ser ainda mais econômico do que um modelo com a mesma classificação alguns anos atrás.



BOSCO SARAIVA
SUPERINTENDENTE DA SUFRAMA

"Ao longo de três décadas de parceria, a Eletros tem desempenhado um papel estratégico na consolidação e no êxito do Polo Industrial de Manaus, estimulando a inovação, fortalecendo a competitividade e promovendo o desenvolvimento sustentável da indústria eletroeletrônica no centro da Amazônia brasileira".



MICHELE ARACATY
PRESIDENTE DO CORECON AM/RR

"A Eletros é de fundamental importância para a economia amazonense, uma vez que dá visibilidade e apoio ao PIM, que constitui o nosso principal modelo de desenvolvimento regional. Ademais, a Eletros reúne e representa as maiores e mais importantes indústrias nacionais de eletrodomésticos e eletroeletrônicos do país, contribuindo para a geração de emprego, renda, inovação, sustentabilidade, crescimento econômico, arrecadação, fomentando, por sua vez, a atração de investimentos".



LÚCIO FLÁVIO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE-EXECUTIVO DO CIEAM

"É com grande satisfação que celebramos os 30 anos da Eletros, uma entidade irmã que caminha lado a lado com o Cieam na defesa dos interesses da indústria e, sobretudo, da nossa sociedade. Sob a liderança do presidente Jorge Júnior e de seu conselho, a Eletros tem atuado com competência e firmeza, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do setor eletroeletrônico e para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. Ao longo dessas três décadas, a Associação tem se consolidado como uma voz imprescindível, reafirmando diariamente o compromisso com a indústria e com a sociedade que servimos. O Cieam esteve em Brasília prestigiando as comemorações deste marco histórico, reforçando o respeito e a parceria que unem nossas entidades".





SERAFIM CORRÊA TITULAR DA SEDECTI



"A Eletros celebra 30 anos de história contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico do Amazonas. Ao longo dessas três décadas, a Associação tem sido uma parceira essencial, promovendo a inovação, fortalecendo o setor produtivo e criando oportunidades para a economia local. Seu papel é fundamental para consolidar um ambiente de negócios mais competitivo e sustentável no estado."

ANTONIO SILVA PRESIDENTE DA FIEAM



"A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas parabeniza a Associação Nacional de Fabricantes de Eletroeletrônicos por seus 30 anos de dedicação e liderança na representação desse importante setor da indústria brasileira. Nessa trajetória dedicada a fortalecer o segmento, a associação tem sido uma parceira atuante para o desenvolvimento das indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus e do Brasil. Que esta caminhada de conquistas continue a gerar inovação e prosperidade por muitos anos".

DAVID ALMEIDA PREFEITO DE MANAUS



"Celebrar os 30 anos da Eletros é reconhecer a força de uma instituição que ajudou a construir a história do nosso Polo Industrial e da nossa cidade. Ao longo dessas três décadas, a associação tem sido uma voz firme na defesa da Zona Franca de Manaus, atraindo investimentos, articulando novos projetos e fortalecendo a competitividade do setor eletroeletrônico. Quero destacar o trabalho do presidente Jorge Júnior, que tem sido um grande parceiro da nossa gestão e desempenhado um papel essencial para que Manaus continue a gerar emprego, renda e oportunidade para milhares de famílias. O futuro da nossa economia passa pelo engajamento e pela visão estratégica de entidades como a Eletros".





ENTRE INCENTIVOS E EXIGÊNCIAS, PPB MOLDA A ZFM E VOLTA AO CENTRO DO DEBATE

INSTRUMENTO CRIADO NOS ANOS 1990 SUSTENTA COMPETITIVIDADE DO POLO DE MANAUS, MAS GARGALOS NO SETOR DE AR-CONDICIONADO EXPÕEM DESAFIOS PARA EQUILIBRAR EXIGÊNCIAS E CAPACIDADE PRODUTIVA

IMAGENS DIVULGAÇÃO

O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO (PPB), DEFINIDO EM LEI, É O CONJUNTO MÍNIMO DE OPERAÇÕES QUE UMA FÁBRICA DEVE CUMPRIR PARA CARACTERIZAR A INDUSTRIALIZAÇÃO DE UM PRODUTO NO BRASIL. O OBJETIVO É GARANTIR QUE DETERMINADOS PRODUTOS SEJAM EFETIVAMENTE INDUSTRIALIZADOS NO PAÍS, E NÃO APENAS MONTADOS COM COMPONENTES IMPORTADOS.

Nos primeiros anos da Zona Franca de Manaus (ZFM), inaugurada em 1967, as regras de industrialização eram muito mais flexíveis. O critério central era basicamente a instalação física da empresa na área incentivada, o que já garantia acesso às isenções fiscais.

Segundo o estudo “Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades”, lançado em 2019 pela Fundação Getúlio Vargas, esse modelo acabou recebendo críticas porque gerava baixo valor agregado local: a atividade industrial de Manaus, em grande parte, restringia-se a ser um entreposto de montagem final de bens acabados, sem desenvolvimento de fornecedores regionais ou transferência tecnológica significativa.

Além disso, havia denúncias de que algumas empresas apenas “maquiavam” produtos, um processo apelidado de “maquiagem industrial”, para obter benefícios fiscais sem de fato produzir no Brasil. É nesse contexto que surge a ideia do PPB.



Diego Gonçalves - Economista
especialista em Incentivos Fiscais da
ZFM

“A LÓGICA DO
PROCESSO
PRODUTIVO
BÁSICO ESTIMULA A
VERTICALIZAÇÃO DA
CADEIA PRODUTIVA,
TRAZENDO
PARA DENTRO
DO TERRITÓRIO
NACIONAL ETAPAS
QUE, DE OUTRA
FORMA, SERIAM
REALIZADAS EM
OUTROS PAÍSES”

O processo foi instituído ainda durante o governo de Fernando Collor (1990–1992), mas os primeiros PPBs só foram publicados no governo de Itamar Franco (1992–1995). Desde então, esse processo passou a ser utilizado como contrapartida do Governo Federal para a concessão de incentivos fiscais da ZFM e da legislação de bens de informática, telecomunicações e automação, a chamada Lei de Informática.

Para o economista Diego Gonçalves, especialista em incentivos fiscais da ZFM, ao exigir que etapas significativas da produção sejam realizadas no país, como montagem, soldagem, injeção de plásticos ou testes de qualidade, o PPB aumenta a necessidade de mão de obra. Isso ajuda a manter os milhares de empregos diretos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e multiplica oportunidades em setores de serviços, comércio e logística.

“A lógica do Processo Produtivo Básico estimula a verticalização da cadeia produtiva, trazendo para dentro do território nacional etapas que, de outra forma, seriam realizadas em outros países. Com isso, o valor agregado, como mão de obra, serviços e tecnologia, passa a ser gerado localmente, fortalecendo a indústria nacional e tornando a economia mais resiliente a crises externas e choques de logística global”, comenta.

Em 2025, a Suframa registra o maior patamar de ocupação da série: média de 131.592 trabalhadores diretos entre janeiro e julho, alta de 9,28% diante da média de 120.413 registrada em 2024.

Segundo o economista, o Processo Produtivo Básico traz ganhos logísticos importantes, que se refletem na diminuição da dependência de longas rotas internacionais, na redução dos prazos de entrega e no fortalecimento de fornecedores locais, além de gerar efeitos positivos ao meio ambiente.

“A redução da dependência de importações diminui o custo logístico e a exposição a variações cambiais. Ao mesmo tempo, a produção local reduz a necessidade de transporte de longa distância, como o marítimo internacional, o que contribui para a queda das emissões de carbono associadas à logística. Além disso, as empresas do PIM são obrigadas a seguir rigorosos padrões ambientais para obter e manter o usufruto dos incentivos fiscais”, aponta.

Os PPBs são fixados por Portarias Interministeriais assinadas pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Para incentivar a produção nacional de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), foram editadas a Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) e a Lei nº 8.387/1991, que trata dos benefícios da ZFM e conecta o modelo ao PPB. Um dos pilares desse arranjo é a obrigatoriedade de destinar parte do faturamento líquido obtido com produtos incentivados para investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Desde 2001, tanto o cumprimento do PPB quanto a aplicação em PD&I passaram a ser contrapartidas explícitas exigidas para que as empresas tenham acesso aos incentivos fiscais no setor de informática.

Mas Gonçalves pondera: “É importante ressaltar que, embora a obrigação de PD&I seja amplamente conhecida no setor de bens de informática, diversas empresas de outros segmentos também possuem essa contrapartida, que é fixada em seus Processos Produtivos Básicos específicos. Portanto, para manter os incentivos, as empresas são obrigadas a investir em inovação na região, independentemente do setor”.

Após condenações do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), o modelo de incentivo precisou ser redesenhado. A antiga redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da Lei de Informática foi substituída, em 2019, pelo mecanismo do crédito financeiro, regulamentado pelo Decreto nº 10.356/2020. Na prática, as empresas continuam pagando os tributos, mas recebem créditos proporcionais ao investimento em PD&I, que podem ser usados para abater outros impostos federais.

Ao contrário da legislação da ZFM, cujos benefícios alcançam qualquer empresa instalada na região, os incentivos da Lei de Informática se destinam apenas às companhias que produzem bens de TIC, listados no Decreto nº 5.906/2006.

Para dar mais transparência e previsibilidade, o governo instituiu o Grupo Técnico Interministerial do PPB (GT-PPB), responsável por examinar, emitir pareceres e propor a fixação/alteração de PPBs. A regra está na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 56/ 2024, que também define consulta pública de 15 dias e prazo total de até 120 dias para a decisão final (aprovação ou indeferimento) a partir do pedido formal. O GT-PPB é composto por MDIC, MCTI e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A iniciativa de propor um PPB geralmente parte da empresa fabricante interessada em produzir com incentivos. Recebida a proposta, o GT avalia critérios como adensamento produtivo e valor agregado nacional e pode indeferir pedidos que não atinjam patamar considerado satisfatório para o desenvolvimento industrial. Além da empresa interessada, o processo costuma envolver fornecedores locais, concorrentes e entidades setoriais, para alinhar os incentivos ao interesse público e à competitividade da indústria.

A fabricação conforme o PPB abre acesso a um pacote robusto de benefícios federais: redução de até 88% no Imposto de Importação (II) para insumos, isenção de IPI no produto final, isenção de PIS/Pasep e Cofins nas operações internas e, ainda, tratamento diferenciado de PIS/Cofins para vendas destinadas ao restante do país, ajudando a tornar a produção local mais competitiva frente a importados.



A INICIATIVA DE PROPOR UM PPB GERALMENTE PARTE DA EMPRESA FABRICANTE INTERESSADA EM PRODUZIR COM INCENTIVOS. RECEBIDA A PROPOSTA, O GT AVALIA CRITÉRIOS COMO ADENSAMENTO PRODUTIVO E VALOR AGREGADO NACIONAL

O GARGALO DOS COMPRESSORES

A ZFM enfrenta hoje um de seus principais gargalos: a oferta doméstica de compressores, peça central do ar-condicionado, responsável por criar a circulação e a pressão necessárias para que todo o ciclo de refrigeração funcione corretamente. O entrave se relaciona a uma exigência do PPB: comprar parcela mínima de compressores produzidos no Brasil.

“A política industrial do PPB exige que as empresas adquiram uma quantidade de compressores fabricados em território nacional. Porém, a única empresa hoje existente, a Tecumseh, não consegue atender à demanda”, diz Thiago Rodrigues, diretor de políticas industriais da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

A limitação acendeu o alerta na cadeia e atraiu a atenção de players estrangeiros. “No mundo, a quantidade de fabricantes de compressores não é tão elevada. E, de fato, o principal país produtor é a China. Por isso, empresas chinesas demonstraram interesse em conhecer melhor o Brasil, justamente porque o nosso mercado está crescendo. Hoje, o cenário está mais pulsante, e isso chamou a atenção”, inclui.

Segundo a Suframa, uma comitiva chinesa com executivos da GMCC e Gree, fabricantes globais de compressores, esteve em Manaus no início de setembro para discutir a cadeia local de ar-condicionado e avaliar oportunidades, um movimento visto como possível porta de entrada de novas fábricas do item no país.

Na ocasião, a Eletros esteve representada pelo seu presidente Jorge Júnior Nascimento, que classificou o gargalo como gravíssimo, afirmando que a fabricante de compressores “não está atendendo o mercado, seja em quantidade, seja em qualidade de produtos”.

Durante a 320ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Suframa (CAS), ocorrida em agosto, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Márcio Fernando Elias Rosa, afirmou que o governo federal acompanha de perto a situação e que uma reunião técnica seria realizada, com expectativa de solução até a 321ª reunião do Conselho, prevista para o fim de outubro.

“Hoje nós temos, acredito, 33 pleitos de alteração ou substituição de PPBs e, desses, 22 são pleitos da Zona Franca de Manaus. E 10 estão já com o prazo de 120 dias, que é o nosso prazo legal de análise, para expirar. Em razão desse volume, nós não conseguimos equacionar essa outra questão que também está pendente”, explicou o secretário, na ocasião.

“A lógica do Processo Produtivo Básico estimula a verticalização da cadeia produtiva, trazendo para dentro do território nacional etapas que, de outra forma, seriam realizadas em outros países. De janeiro a julho de 2025, foram fabricados no PIM 3.707.994 condicionadores de ar do tipo split, ante 3.283.720 no mesmo período de 2024, um pouco mais de 424 mil unidades.

Apesar do ritmo, o setor sente os efeitos da escassez de compressores. “Estamos falando de aproximadamente 15 mil trabalhadores empregados nas 18 empresas de ar-condicionado que atuam no Polo de Manaus. A partir do momento em que os compressores não estão disponíveis, as empresas deixam de investir, de contratar e até cogitam demissões”, afirma Rodrigues.

Em 5 de setembro, o MDIC e o MCTI abriram a Consulta Pública nº 30/2025 com uma proposta de flexibilização no PPB de ar-condicionado tipo split, tema que segue em debate.



Thiago Rodrigues - Diretor de Políticas Industriais da Eletros





“O PPB tem como premissa o adensamento produtivo. Em 2025, por exemplo, temos que adquirir cerca de 12,7% da produção total com base nesses componentes fabricados aqui”, salienta.

Mesmo reconhecendo a importância da fábrica nacional, Rodrigues diz que a obrigação atual não condiz com a capacidade de produção. “Mas se ainda assim o governo entende que é importante ter essa fábrica, que pelo menos ajuste a obrigação ao nível de capacidade que ela pode fornecer. Estamos discutindo agora com o Governo Federal a flexibilização dessa regra”, afirma.

Procurada pela revista PIM Amazônia, a multinacional Tecumseh destacou, em nota, que sua unidade de São Carlos possui hoje capacidade instalada para fabricar 1,5 milhão de compressores inverter por ano, volume considerado suficiente pela companhia para atender às exigências do PPB. Segundo a empresa, essa estrutura produtiva assegura o cumprimento das regras estabelecidas para manter os incentivos fiscais e fortalecer a cadeia nacional.

A empresa informou também que deu início, em 2025, a um plano estruturado de expansão da capacidade de São Carlos, com etapas sucessivas de incremento anual. Esse programa já foi apresentado aos principais stakeholders e prevê um ciclo contínuo de investimentos nos próximos anos. “O plano contempla

uma expansão relevante prevista para o segundo semestre de 2026”, comunicou a Tecumseh, ao reforçar que a estratégia de longo prazo tem como foco o fortalecimento da indústria nacional e a ampliação do papel do Brasil na cadeia global de climatização.

“A Tecumseh mantém diálogo permanente com o Governo Federal, no âmbito do MDIC, MCTI e BNDES, reforçando seu compromisso com investimentos consistentes em ampliação de capacidade, introdução de novas tecnologias e desenvolvimento de produtos inovadores. Essas iniciativas têm como objetivo assegurar a competitividade da indústria nacional, apoiar a modernização do parque fabril, garantir o abastecimento da cadeia produtiva do Polo de Manaus e preservar os interesses estratégicos do país”, informou trecho da nota.

Em entrevista à Folha de São Paulo, Jorge Nascimento rebateu o que diz a fabricante: “A Tecumseh diz ao governo que nos atende 100%, só que encomendamos 100 mil [compressores] e eles exigem uma redução do pedido para 40 mil”. Para as indústrias instaladas em Manaus, essa discrepância representa risco direto: descumprir o PPB implica pagar todos os tributos acumulados na cadeia produtiva, além de multas, o que, segundo o dirigente, “é para fechar o negócio”.

Por Francisco Gomes, jornalista (MTB 2238/AM), e Amanda Gabriele, estagiária de jornalismo.





ZFM NÃO É ‘ZONA’: MODELO É FISCALIZADO POR ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS

CONTROLE RIGOROSO DESMONTA MITO DE QUE O MODELO NÃO TEM REGRAS

POR FRANCISCO GOMES

IMAGENS DIVULGAÇÃO

A IMAGEM POPULAR DE QUE A ZONA FRANCA DE MANAUS (ZFM) É UM TERRITÓRIO LIVRE DE REGRAS NUNCA CORRESPONDEU AO QUE DIZ A LEI, NEM AO QUE MOSTRAM OS SISTEMAS QUE, HOJE, SEGUEM CADA NOTA FISCAL QUE ENTRA EM FÁBRICAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM) E EM EMPRESAS DAS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO (ALCS) NA AMAZÔNIA. NÃO RARAS VEZES, O MODELO É TRATADO COMO UM ESPAÇO DE DESORDEM OU DE FALTA DE CONTROLE.

A estrutura responde mensalmente a uma série de órgãos que acompanham de perto cada etapa da atividade empresarial: da aprovação de projetos até a execução de metas de produção, importação, exportação e sustentabilidade.

Em entrevista concedida à revista PIM Amazônia, a presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas e Roraima (Corecon-AM/RR), Michele Aracaty, ressalta que a imagem popular é fruto de um desconhecimento que atinge até mesmo parte considerável da população amazonense: “Muitos acreditam que a Zona Franca é uma bagunça, quando, na verdade, há um rigor de fiscalização que impede qualquer empresa de atuar fora das regras. Se o projeto não estiver 100% regularizado, sequer chega à pauta do Conselho de Administração da Suframa”.

A ZFM foi instituída em 1967 pelo Decreto-Lei nº 288, que a definiu como área de livre comércio com incentivos fiscais, equiparando determinadas operações ao regime de exportação. Mas essa “livre circulação” de mercadorias não é irrestrita, já que depende do cumprimento de uma série de procedimentos, entre eles administrativos e eletrônicos.



Michelle Aracaty - Presidente do Corecon AM/RR

“MUITOS ACREDITAM QUE A ZONA FRANCA É UMA BAGUNÇA, QUANDO, NA VERDADE, HÁ UM RIGOR DE FISCALIZAÇÃO QUE IMPEDE QUALQUER EMPRESA DE ATUAR FORA DAS REGRAS. SE O PROJETO NÃO ESTIVER 100% REGULARIZADO, SEQUER CHEGA À PAUTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA”

O primeiro passo para uma empresa interessada em se instalar na Zona Franca e usufruir de seus benefícios fiscais é procurar um escritório de consultoria econômica, onde um profissional habilitado elabora o projeto técnico e financeiro de viabilidade. Pela norma, esse estudo deve ser assinado por um economista regularmente registrado no Corecon-AM/RR, responsável por atestar a consistência das informações apresentadas.

Após ser encaminhado e passar por análise inicial da equipe técnica da Suframa, o projeto é levado à apreciação do Conselho de Administração da autarquia (CAS). “Nenhuma empresa acessa os incentivos sem passar por esse crivo, que avalia a pertinência do empreendimento e pode estabelecer condicionantes”, pontua Aracaty, que também é professora no Departamento de Economia e Análise da Universidade Federal do Amazonas.

A atuação do conselho é pública e recorrente: só em agosto deste ano, na 320ª Reunião Ordinária, o CAS aprovou 56 projetos que somam R\$ 1,25 bilhão em investimentos e preveem 2.153 empregos diretos. Em maio, outra rodada já havia autorizado quase R\$ 1 bilhão.

“As aprovações do Conselho crescem ao longo dos anos, pois as empresas que procuram o Polo Industrial de Manaus sabem que nós temos um capital humano qualificado. No momento em que a empresa vem para cá, se ela for do segmento de ar-condicionado, por exemplo, ela sabe que aqui tem vários trabalhadores que já conhecem a atividade, que já conhecem como funciona o processo. Esse é um dos diferenciais do PIM”, comenta.

Se aprovado e homologado o projeto, a empresa tem três anos para se implantar. “Existe o antes, o durante e o depois. A empresa precisa arrumar um galpão, tem que comprar máquina, equipamento, realizar a instalação, buscar as licenças de operação. Não é de uma hora para hora. Não é, de fato, uma zona”, esclarece a professora.

O CAS não apenas aprova novos projetos, mas também monitora alterações de escopo, ampliações e renovações. Esse é um mecanismo formal de fiscalização coletiva, que envolve representantes de diversos ministérios, estados e sociedade civil.

ATUAÇÃO DA SUFRAMA

Gerente do modelo Zona Franca, cabe à Autarquia Federal aprovar projetos industriais, analisar a viabilidade econômica e técnica e liberar benefícios após um processo de checagem que exige certidões negativas junto a órgãos como Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Caixa Econômica.

Mensalmente, cada empresa ativa no PIM precisa enviar relatórios com informações sobre produção, número de trabalhadores contratados e demitidos, importações, exportações e aquisição de insumos. Esses dados alimentam sistemas próprios, como o CADSUF (Cadastro da Suframa) e o SIMNAC (Sistema de Ingresso de Mercadoria Nacional), que permitem rastrear e auditar cada operação.

Quando uma empresa compra insumos ou mercadorias nacionais que, em seguida, entrarão na ZFM com benefícios fiscais (isenções ou reduções), a Suframa exige que essa mercadoria seja internada legalmente no sistema. Isso funciona assim: o remetente gera um PIN-e (Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional) antes do envio, por meio do sistema SIMNAC. O transporte da mercadoria precisa estar associado a esse PIN-e, com nota fiscal e manifesto de carga.



A Suframa então checa documentos, confere dados eletronicamente e pode fazer vistoria física para confirmar que aquilo efetivamente entrou na área incentivada. Se tudo estiver correto, ocorre o internamento, o que legitima o uso dos incentivos fiscais. Se houver erro, atraso ou documentação insuficiente, a empresa pode perder direito ao incentivo ou ter que pagar impostos de volta. Todo esse processo tem prazo máximo de 120 dias contados da emissão da Nota Fiscal Eletrônica, conhecida como NF-e. Se o prazo estoura, o benefício é perdido, a menos que a empresa solicite uma vistoria chamada extemporânea, que deve ser pedida antes do vencimento.

A conclusão desse processo aparece como um evento oficial chamado “internalização”, que pode ser consultado no portal nacional da NF-e. A antiga Declaração de Ingresso, que era um documento separado, deixou de existir em 2019, quando entrou em funcionamento o SIMNAC, que substituiu o sistema anterior, conhecido como SINAL.

A nota fiscal usada nessas operações deve trazer o número de inscrição da empresa na Suframa, o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que foi isentado e o motivo da isenção, que no sistema da NF-e é identificado pelo Motivo 7 - Suframa. Já no caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a legislação obriga que a base legal da isenção seja escrita no campo de informações complementares.

Desde outubro de 2019, o próprio evento de internalização passou a ficar visível no portal nacional, o que aumentou a transparência do processo.

Em visitas técnicas, os fiscais da Suframa vão além de simplesmente verificar se há a produção. Eles conferem se toda a linha de fabricação está seguindo exatamente as etapas mínimas determinadas no Processo Produtivo Básico (PPB), etapas mínimas que devem ser realizadas dentro de Manaus, como soldagem, montagem, pintura, tratamento térmico, testes elétricos ou outros processos específicos para cada produto. Eles exigem que peças, componentes e insumos usados efetivamente realizem as operações previstas no PPB (não apenas importados prontos) e verificam se há subcontratação ou terceirização respeitando as restrições, já que algumas etapas não podem ser terceirizadas ou só podem ser realizadas localmente.

O PPB não é algo fixo, mas sim definido em portarias conjuntas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e é atualizado de tempos em tempos para acompanhar mudanças tecnológicas e políticas industriais. Em 2024, por exemplo, foram criados novos PPBs para polímeros de etileno e de propileno e atualizadas as regras para produtos como fones sem fio e computadores “all in one”. Se a empresa não cumpre o que está no PPB, perde o direito ao incentivo.

Nas visitas, os agentes também conferem se as quantidades mínimas de operações, que são pontuadas, estão sendo cumpridas, no caso de segmentos como motocicletas, há regras de “Controle de Pontos e Peças”. Caso identifiquem falhas, a exemplo de etapas não executadas, documentação falha ou divergências entre os processos reais e os declarados, eles podem determinar sanções, exigir ajustes, suspender o uso do incentivo ou até cancelar o benefício fiscal para aquela empresa.

“A Suframa tem um papel essencial de assegurar a transparência da política pública que administra ao controlar, por meio de sistemas informatizados, a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na área incentivada, bem como ao acompanhar o cumprimento das contrapartidas aos incentivos fiscais exigidas em lei. Essa atuação não é um obstáculo, mas sim a própria garantia de sobrevivência e credibilidade do nosso modelo, pois coíbe desvios e assegura que os incentivos fiscais cumpram seu verdadeiro propósito de promover o desenvolvimento regional com efetividade.”, resume o superintendente da Autarquia, Bosco Saraiva.



Bosco Saraiva - Superintendente da Suframa

“A FISCALIZAÇÃO DA SUFRAMA É ESSENCIAL PARA O MODELO ZONA FRANCA, PORQUE GARANTE, PRINCIPALMENTE, QUE AS EMPRESAS INCENTIVADAS POSSAM CUMPRIR AS NORMAS E OS REGULAMENTOS, COMBATENDO, PRINCIPALMENTE, OS USOS INDEVIDOS QUE A GENTE TEM EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS FISCAIS. ISSO FAZ COM QUE A SUFRAMA POSSA GARANTIR AS VANTAGENS COMPETITIVAS DO MODELO ZONA FRANCA”

RECEITA FEDERAL

A Receita Federal é responsável por fiscalizar a entrada e a saída de mercadorias na Zona Franca de Manaus, garantindo que os incentivos fiscais só sejam usados de forma correta. Toda empresa que envia produtos para a ZFM precisa registrar essas operações no sistema da Receita, por meio de uma declaração chamada DCI (Declaração para Controle de Internação), feita em de seus principais instrumentos: o Sistema de Internação (Siscomex). Existem dois caminhos: no procedimento ordinário, cada carga precisa ser declarada e apresentada em recinto alfandegado para conferência; já no procedimento simplificado, permitido a empresas habilitadas, é enviada apenas uma DCI mensal com o resumo das operações.

A Receita cruza essas informações com as notas fiscais e pode exigir a apresentação física da carga em alfândega para verificar se a mercadoria realmente entrou na ZFM. Se a empresa não declarar corretamente ou perder prazos, pode ter os benefícios suspensos e ser obrigada a pagar os tributos que haviam sido isentados. Além disso, a Receita atua contra fraudes, como o desvio de produtos que deveriam permanecer na ZFM para outras regiões sem recolhimento de impostos, casos que podem gerar operações conjuntas com a Polícia Federal.



SEFAZ AMAZONAS

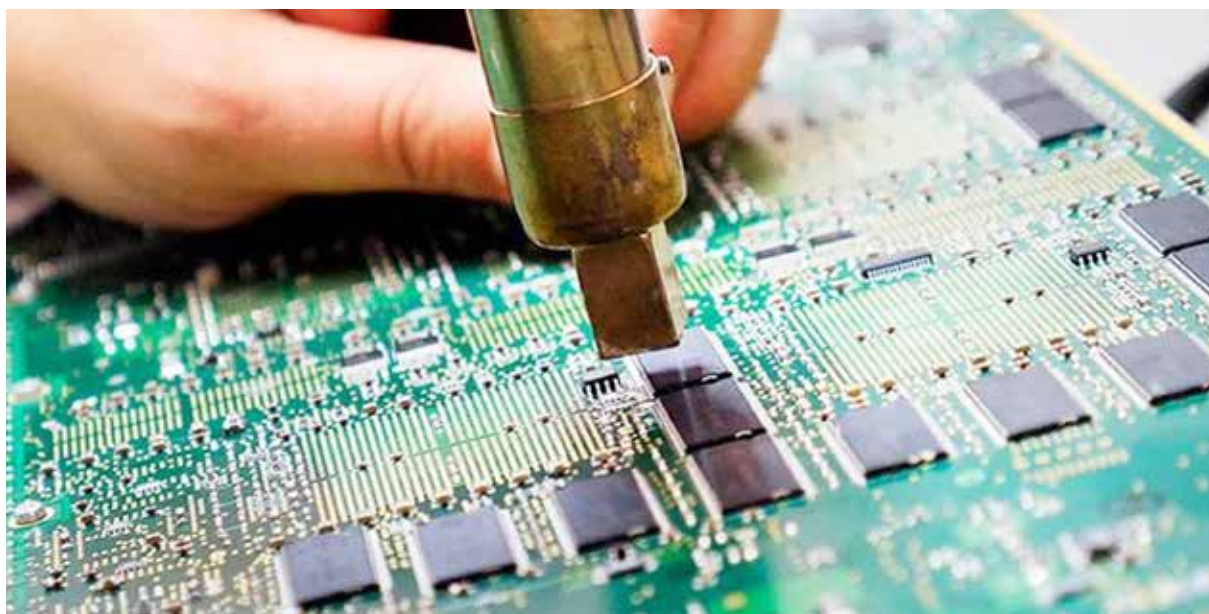
No âmbito estadual, a Secretaria de Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) é a autoridade fiscal que regula e controla os incentivos relativos ao ICMS para empresas da Zona Franca de Manaus. Isso inclui a concessão de crédito estímulos, diferimento e isenções, sob a Lei estadual 2.826/2003 e suas alterações mais recentes (como a Lei 5.750/2021), que definem critérios, prazos e exigem compensações e estornos para manutenção dos benefícios.

Ela monitora a apuração desses incentivos via escrituração (SPED Fiscal) e auditorias internas, e fiscaliza operações interestaduais com suspensão de ICMS através de remessa para armazéns gerais — desde que a mercadoria retorne ao estado dentro do prazo legal, sob risco de exigência do imposto. Além disso, parte da arrecadação do polo industrial é legalmente vinculada a fundos estaduais e ao financiamento de instituições como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), reforçando que os benefícios fiscais são condicionados ao retorno social e ao equilíbrio fiscal.

“Uma primeira atribuição da Sefaz é garantir, por exemplo, que a UEA receba um percentual que vem das empresas do Polo Industrial de Manaus, porque a UEA está em diversos os municípios. Então, esse incentivo fiscal vai gerar educação, vai gerar qualificação dessa mão de obra para quem está longe do Polo Industrial de Manaus. É a Sefaz que tem essa prerrogativa de repassar o valor para a UEA e a UEA implementa um modelo de qualificação dos alunos que estão no interior”, pontua a professora Michele.

“A lei de informática garante recursos para startups, aceleradoras, incubadoras tecnológicas e centros de inovação. Cabe à Sefaz repassar esses valores, funcionando como elo entre a arrecadação do Polo Industrial e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O volume do repasse varia conforme a arrecadação. Quanto maior ela for, maior também será o montante destinado; se a arrecadação cai, o repasse automaticamente diminui”, completa.

“UMA PRIMEIRA ATRIBUIÇÃO DA SEFAZ É GARANTIR, POR EXEMPLO, QUE A UEA RECEBA UM PERCENTUAL QUE VEM DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS, PORQUE A UEA ESTÁ EM DIVERSOS OS MUNICÍPIOS. ENTÃO, ESSE INCENTIVO FISCAL VAI GERAR EDUCAÇÃO, VAI GERAR QUALIFICAÇÃO DESSA MÃO DE OBRA PARA QUEM ESTÁ LONGE DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS”





FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A fiscalização ambiental das fábricas do PIM é, na prática, conduzida sobretudo pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) IPAAM, o órgão estadual que licencia, impõe condicionantes e faz vistorias periódicas, com poder de multar, embargar e suspender licenças.

Isso decorre da divisão de competências da Lei Complementar 140/2011 e de normas locais: no Amazonas, o licenciamento de atividades industriais é atribuição do Ipaam, enquanto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cabe apenas licenciar, e conduz o processo, quando a obra ou atividade se enquadra nos casos federais definidos em lei, como impactos que ultrapassem limites de Estado, incidam em unidades de conservação federais ou terras indígenas. Mesmo quando não licencia, o Ibama pode fiscalizar.

No dia a dia das fábricas da Zona Franca de Manaus, o Ipaam exige que as empresas tenham as licenças ambientais necessárias para funcionar e cumpram regras como tratar a água usada, controlar a fumaça, cuidar do lixo e manter planos de segurança. Periodicamente, técnicos do órgão visitam as indústrias para verificar se essas exigências estão sendo seguidas. Se encontram problemas, podem aplicar multas ou exigir ajustes por meio de termos de compromisso.

Um ponto que ganhou força recentemente é a logística reversa, que obriga as empresas a apresentar planos e relatórios sobre o destino de embalagens e materiais descartados. Desde 2024, isso se tornou condição para renovar licenças no Amazonas. O diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, destaca: “Nosso objetivo é apoiar o setor empresarial para que a transição ocorra de forma organizada e dentro dos prazos legais. A logística reversa é um instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável”.

Além disso, atividades potencialmente poluidoras, comuns no PIM, devem se inscrever no Cadastro Técnico Federal do Ibama (CTF/APP), que é o registro nacional das empresas para impacto ambiental. As empresas inseridas nessas atividades também precisam pagar a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), um valor cobrado anualmente para custear a fiscalização, e entregar o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP), documento em que informam ao Ibama suas emissões, resíduos e medidas de controle. Essas obrigações alimentam os bancos de dados do órgão e servem de base para direcionar inspeções e ações de fiscalização.

FISCALIZAÇÃO DE ALTO NÍVEL

O Tribunal de Contas da União (TCU) fiscaliza a ZFM avaliando se os incentivos fiscais foram concedidos e acompanhados com critério, transparência e eficiência. O TCU faz auditorias técnicas que revisam desde a análise dos projetos industriais e dos PPBs, até a conferência dos relatórios de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e das comprovações de investimentos. Quando encontra falhas, como prazos descumpridos, análises incompletas ou inconsistências nos relatórios, o

Tribunal emite decisões, os chamados acórdãos, com determinações para a Suframa e outros órgãos corrigirem processos, melhorarem controles e prestarem contas.

Em 2024 o TCU publicou auditoria apontando fragilidades na validação de projetos e no acompanhamento dos benefícios da ZFM, e em decisões subsequentes reconheceu também iniciativas de regularização e melhoria adotadas pela Suframa.

SEGUNDO O PORTAL TCU, ALGUMAS DAS FALHAS IDENTIFICADAS FORAM:



Ausência de metodologia formal e critérios claros para analisar pedidos de PPB e projetos industriais;



Prazos legais não cumpridos: em muitos casos o limite de análise (120 dias) foi ultrapassado em processos de fixação ou alteração de PPB;



Divergências nos valores que empresas deveriam depositar em fundos vinculados (como o FNDCT-Amazônia) frente aos valores efetivamente declarados e recolhidos.

Em outras palavras, além apontar problemas, o TCU exige, em consonância, ações concretas – por exemplo: padronizar critérios de análise, reduzir passivos de relatórios pendentes, criar metodologias de monitoramento – e acompanha o cumprimento dessas medidas. Se os órgãos não atenderem às determinações, o Tribunal pode remeter o caso ao Congresso, recomendar responsabilizações administrativas e segregar processos até garantir correção.

Já a Controladoria-Geral da União (CGU) age em outra frente, voltada à integridade, prevenção de irregularidades e controle interno. A CGU trabalha na frente das auditorias e inspeções, apurando denúncias, checando a conformidade de procedimentos administrativos e financeiros e avaliando se há fraudes, omissões ou favorecimentos indevidos no uso de recursos públicos vinculados à ZFM.

A Controladoria publica relatórios e pode instaurar auditorias específicas sobre a atuação da Suframa e sobre transferências federais ou programas que envolvam empresas beneficiadas. Seus produtos servem de subsídio para ações administrativas, responsabilizações e para que órgãos como Suframa e ministérios aprimorem seus controles.





Jorge Nascimento Júnior

Presidente executivo da Eletros (Associação Nacional dos fabricantes de Eletrodomésticos)

A FORÇA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA PARA TRANSFORMAR VIDAS E CUIDAR DA NATUREZA



A história econômica da Amazônia é também a história do Brasil em sua busca por transformar riquezas naturais em desenvolvimento social. Desde os primeiros ciclos, a região oscilou entre auge e declínio, mas sempre mostrou que seu destino está ligado ao futuro do país e à dignidade de quem nela vive.

Nos séculos XVII e XVIII, o extrativismo das chamadas drogas do sertão com cacau, guaraná, urucum, castanha, copaíba e outros produtos integrou a Amazônia à economia global. Coletados em grande parte por indígenas mobilizados por missões e expedições coloniais, esses itens evidenciaram o valor estratégico da floresta, ainda que sob práticas rudimentares.

No fim do século XIX, veio o ciclo da borracha que transformou Manaus e Belém em centros cosmopolitas. Porém, a dependência do látex e a perda do monopólio para a Ásia revelaram a vulnerabilidade de uma economia pouco diversificada.

A criação da Zona Franca de Manaus em 1967 inaugurou uma nova fase. O modelo de incentivos fiscais impulsionou a industrialização, o comércio e a agricultura de produtos regionais gerando centenas de milhares de empregos, integrando o Norte à economia nacional e preservando a floresta. Hoje 95% do território amazônico no Amazonas permanece intacto. Mais do que política regional, a ZFM consolidou-se como política de

Estado e exemplo de que é possível conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

O setor eletroeletrônico é um dos protagonistas do Polo Industrial de Manaus. Lidera em geração de empregos, atração de investimentos e volume de produção. Televisores, celulares, computadores, condicionadores de ar, monitores de vídeo e muitos outros produtos saem diariamente das fábricas instaladas na região, consolidando a Amazônia como uma das mais estratégicas bases produtivas do país. Centenas de milhões de reais investidos todos os anos em Pesquisa e Desenvolvimento impulsionam a inovação e a formação de capital intelectual e a difusão tecnológica na região amazônica.

A mineração também marcou a trajetória amazônica. Pitinga, Carajás e a ainda hoje frustrada exploração do potássio ilustram o imenso potencial do subsolo e a necessidade de governança, diversificação e responsabilidade socioambiental. Essas exigências não são obstáculos. Já são práticas consolidadas. Grandes corporações operam sob padrões ambientais e sociais rigorosos, pressionadas pelo mercado global. O Brasil está inserido nesse contexto, com controles e compliance como regra.

Hoje, a atenção se volta para o petróleo da Margem Equatorial, que coloca em pauta soberania energética, desenvolvimento regional e responsabilidade ambiental. O debate é legítimo, mas é preciso clareza. Progresso e meio ambiente não são excludentes. O que não se pode é frear a diversificação econômica por visões ultrapassadas que priorizam apenas a preservação ambiental absoluta e sem questionamentos em detrimento a dignidade da vida humana. O equilíbrio é viável, protegendo fauna, flora e povos tradicionais ao mesmo tempo em que se garante emprego, renda e dignidade à população local.

O desenvolvimento da Amazônia não pode ser visto apenas como números de PIB ou exportações.

Trata-se de vidas transformadas, de famílias que conquistam oportunidades, de acesso a educação, saúde e transporte, de cidades que deixam de ser isoladas para se tornarem centros de serviços e inovação.

Cada ciclo produtivo trouxe mudanças sociais profundas, ampliando horizontes e gerando mobilidade social em uma região historicamente marginalizada. Hoje, mais do que nunca, esse avanço deve ser encarado não como ameaça, e sim como pacto pela vida. É a chance de garantir qualidade de vida ao povo amazônico e de projetar o Brasil como referência global em desenvolvimento sustentável.

A Amazônia é chamada a ser a fronteira de uma nova economia bioindustrial, tecnológica, digital e verde. Uma economia capaz de integrar indústria, mineração, energia e inovação sem renunciar ao cuidado ambiental. O passado mostra que modelos predatórios se esgotaram. O presente prova que sustentabilidade e progresso já caminham juntos. O futuro só terá sentido se for construído com inteligência estratégica, responsabilidade e visão de longo prazo, com a floresta em pé e a dignidade do povo amazônico no centro das decisões.

O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA NÃO PODE
SER VISTO APENAS COMO NÚMEROS DE PIB OU
EXPORTAÇÕES. TRATA-SE DE VIDAS TRANSFORMADAS,
DE FAMÍLIAS QUE CONQUISTAM OPORTUNIDADES,
DE ACESSO A EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTE, DE
CIDADES QUE DEIXAM DE SER ISOLADAS PARA SE
TORNAREM CENTROS DE SERVIÇOS E INOVAÇÃO





Achei o vinho
correto e equilibrado,
taninos macios, álcool
na medida certa,
final médio a longo e
retrogosto agradável.

Acho que
vinho branco
cai muito bem
com peixe.

É nacional?

Êta
vinho
bão!

Sem
colarinho,
por favor.



LER REVISTA COLOCA A SUA OPINIÃO LÁ EM CIMA.

Ler uma revista
é se aprofundar
no seu assunto
preferido de forma
descontraída.
A cada página,
um universo de
informações dos
mais diversos temas.
E você ainda ganha
mais bagagem para
formar uma opinião
forte e consistente.

REVISTAS



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE EDITORES DE REVISTAS

QUEM LÊ REVISTA
TEM OPINIÃO.

Casa das
Correias

CDC

Tudo em um só Lugar!



- ⚡ Elétrica
- 🖨 Tintas
- 🏠 Casa&UD
- 🔧 Mangueiras
- 🛡 Proteção
- ⚙ Ferramentas
- ⚙ Máquinas
- 🔧 Construção
- 🔩 Marcenaria
- 🧹 Correias
- 🧼 Limpeza
- 🚤 Navegação



JAPIIM

C. NOVA

CENTRO

PARQUE 10